

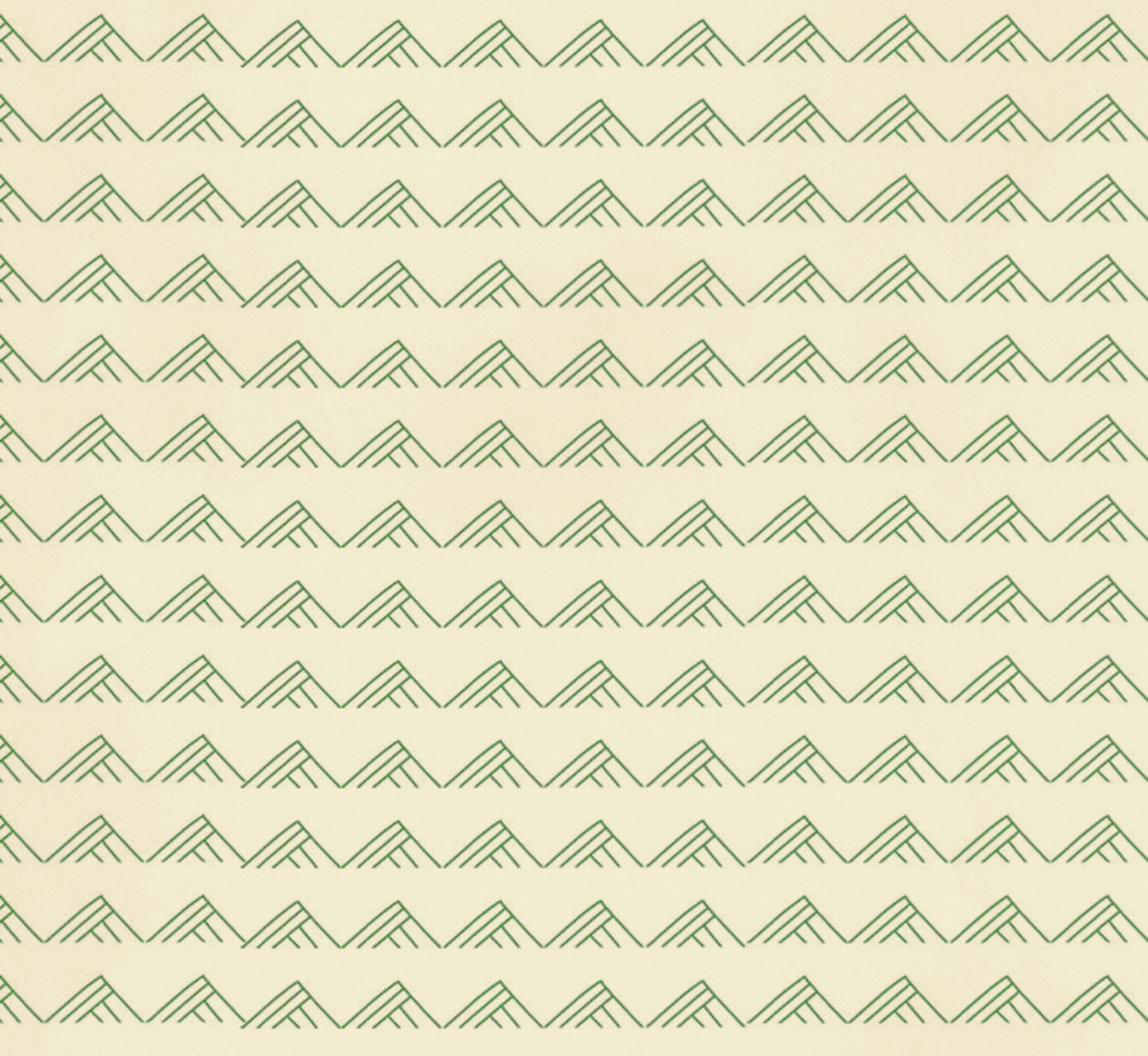


RIO DE MEMÓRIAS PATAK MAYMU

AUTONOMIA E PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES
INDÍGENAS DA AMAZÔNIA E DO CERRADO
NA DEFESA DE SEUS DIREITOS



Financiado pela
União Europeia



RIO DE MEMÓRIAS PATÁK MAYMU

AUTONOMIA E PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES
INDÍGENAS DA AMAZÔNIA E DO CERRADO
NA DEFESA DE SEUS DIREITOS



Direito de Edição, Publicação e Distribuição

Coordenadoria Ecumênica de Serviço- CESE

Nome da publicação: Rio de Memórias Patak Maymu

Ano da publicação: 2025

Organização: Ana Paula Ferreira de Lima, Beatriz Tuxá, Michelle Prazeres e Olga Matos.

Pesquisa, documentação e redação: Ana Paula Ferreira de Lima, Beatriz Tuxá, Michelle Prazeres e Olga Matos

Texto em coautoria com as mulheres indígenas participantes do Projeto Patak Maymu:

Alvina Xakriabá, Amairé Kaiabi, Anna Terra Yawalapiti, Belmira Baré, Erileide Guarani Kaiowá, Fabriciane Xakriabá, Jaqueline Aranduhá Guarani Kaiowá, Josimara Baré, Jozileia Kaingang, Luara Saporá, Marinete Tukano, Marinete Xakriabá, Mayla Karajá, Samela Sateré Mawé, Taila Wajuru, Telma Taurepang e Watatakalu Yawalapiti.

Revisão Ortográfica: Lorena Andrade

Projeto Gráfico e Diagramação: Kath Xapi Puri

Ilustrações: Marina Nicolaiewsky e Wanessa Ribeiro

Sobre a CESE: A CESE – Coordenadoria Ecumênica de Serviço – é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos que atua na promoção, defesa e garantia de direitos em todo o país. É uma organização ecumênica, composta por seis igrejas cristãs. São elas: Aliança de Batista do Brasil (ABB); Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB); Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB); Igreja Presbiteriana Independente do Brasil (IPIB); Igreja Presbiteriana Unida do Brasil (IPU) e Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB/ICAR- Igreja Católica Apostólica Romana). Foi fundada em 1973 para ser uma expressão do compromisso ecumênico em defesa dos direitos.

Esta publicação é parte do *Projeto Projeto Patak Maymu: Autonomia e participação das mulheres indígenas da Amazônia e do Cerrado na defesa de seus direitos*, que contou com apoio financeiro da União Europeia.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Rio de memórias Patak Maymu [livro eletrônico] :
autonomia e participação das mulheres indígenas
da Amazônia e do Cerrado na defesa de seus
direitos / [Coordenadoria Ecumênica de Serviço
(CESE)] ; organização Ana Paula Ferreira de
Lima ... [et al.]. -- 1. ed. -- Salvador, BA :
Soffia10 Assessoria Socioculturais e Educacionais
:
Coordenadoria Ecumênica de Serviço - CESE, 2025.
PDF

Outras organizadoras: Beatriz Tuxá, Michelle
Prazeres, Olga Matos
Bibliografia
ISBN 978-65-85847-16-2

1. Acesso à informação 2. Autonomia 3. Comunicação
4. Mulheres indígenas 5. Pesquisas 6. Povos indígenas
- Direitos fundamentais 7. Sociologia I.
Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE). II. Lima,
Ana Paula Ferreira de. III. Tuxá, Beatriz, Prazeres,
Michelle, Matos, Olga

25-307957.0

CDD-302.2

Índices para catálogo sistemático:

1. Comunicação : Aspectos sociais 302.2

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964



Coordenadoria Ecumênica de Serviço – CESE | Rua da Graça, 164 – Graça – Salvador/BA

Saiba mais em: www.cese.org.br | cese@cese.org.br | [@cesedireitos](https://www.instagram.com/cesedireitos)





ÍNDICE

1. Convite à leitura: Tecendo Caminhos	7
2. Justiça Climática e Vozes Ancestrais	11
Um colapso que já começou.....	13
Justiça climática é justiça territorial e de gênero	14
Invisibilizadas pelas instituições	14
Cura e continuidade	15
A luta climática é pela vida	16
3. Fortalecimento Organizacional: Raízes que Sustentam	17
Fortalecimento organizacional e gestão como caminho político.....	20
Caminhos que seguem lado a lado	21
4. Mulheres indígenas nos espaços de poder e decisão: Estar e Permanecer	23
Do silenciamento à visibilidade	23
Barreiras e aprendizados.....	24
Candidaturas e sub-representação	25
Outras formas de fazer política	26
Desafios persistentes	26
Governança com ancestralidade	27



5. Comunicação: Ferramenta de Luta das Mulheres Indígenas	28
Comunicar para viver e resistir	29
Barreiras estruturais	29
Redes e transformações	30
O que propõem as mulheres indígenas?	31
6. Gênero: Corpos, Saberes e Resistências	33
Vozes que revelam desafios profundos	35
Conquistas e articulações coletivas	35
Dados que não podem ser ignorados	36
Reflexões e perspectivas decoloniais	37
7. Direito e Território: O Corpo da Terra	39
Ameaças ao território	40
Território como espiritualidade e continuidade	42
Comunicação como defesa do território	42
Espaços de decisão institucional	43
Direito à terra é direito à vida	43
8. Desafios Comuns: As Travessias Coletivas	44
9. Recomendações: Sementes para o Amanhã	46
10. Vozes sobre o Patak Maymu: Ecos de Quem Viveu	48
Fontes e referências	51
Anexos	54



1. CONVITE À LEITURA: TECENDO CAMINHOS

Patak Maymu: Autonomia e Participação das Mulheres Indígenas da Amazônia e do Cerrado na Defesa de seus Direitos é uma iniciativa da **Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE)** com apoio da **União Europeia**, voltada ao fortalecimento do protagonismo das mulheres indígenas em seus territórios e na sociedade brasileira.

Com duração de três anos (2023–2025) e atuação em 12 estados dos biomas Amazônia e Cerrado, o projeto tem como foco central **a garantia de direitos das mulheres indígenas** por meio do fortalecimento institucional das organizações nas quais atuam, e da participação política das mulheres, incluindo jovens e aquelas em contextos urbanos.

Organizado em três eixos principais, o projeto promove:

- **Fortalecimento organizacional e gestão** de organizações de mulheres indígenas e organizações mistas;
- **Participação política** de mulheres indígenas em **espaços de poder e decisão**;
- **Comunicação como ferramenta de resistência**, memória e visibilidade.



O nome do projeto Patak Maymu, que significa “A Voz da Natureza”, nasceu da inspiração de Telma Taurepang (do povo Taurepang, RR), liderança indígena e vice-coordenadora da Associação Filhas da Terra. Foi ela quem sugeriu essa denominação, conectando o sentido profundo da natureza como fonte de sabedoria, resistência e força à caminhada das mulheres indígenas da Amazônia e do Cerrado, onde a natureza “fala” através dos rios, florestas, ciclos e saberes, e as mulheres assumem o papel de fazer essa voz ecoar na defesa de direitos e de modos de vida.

Patak Maymu se construiu a partir da escuta das vozes dos territórios, das mulheres indígenas. As rodas de conversa, formações e trocas entre mulheres de diferentes povos revelaram que elas não apenas guardam saberes ancestrais, mas também constroem caminhos coletivos de resistência e transformação.¹

A partir de suas experiências, emergem reflexões sobre os papéis sociais que lhes são atribuídos e sobre os direitos que seguem sendo negados.

Mais do que ocupar espaços historicamente negados, as mulheres indígenas envolvidas em Patak Maymu constroem outros modos de estar no mundo. **Seus corpos, vozes e práticas afirmam uma luta coletiva que preserva a terra, a vida e a memória de seus povos.**

O Patak Maymu é **parte de um movimento contínuo** de fortalecimento das mulheres indígenas como lideranças, gestoras, comunicadoras e educadoras. Ele se afirma como um espaço político e afetivo, em que a escuta se transforma em ação e a luta se entrelaça à formação e ao cuidado.

Este material reúne parte das reflexões e conteúdos produzidos ao longo de três anos de caminhada, entrelaçados a partir de depoimentos, narrativas e vivências compartilhadas em

¹ Em 2022 iniciaram-se as articulações entre a CESE e organizações de mulheres indígenas, bem como outras organizações indígenas, para a construção da proposta do Projeto Patak Maymu. Esse processo contou com a participação da UMIAB (União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira), da COIAB (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira), do Coletivo de Mulheres Xakriabá, Takiná - Organização de Mulheres Indígenas do Mato Grosso e do Fundo Podáali.

rodas de conversa realizadas entre abril e maio de 2025 com os temas: Justiça Climática, Fortalecimento Organizacional e Gestão, Mulheres Indígenas nos Espaços de Poder e Decisão, Comunicação, Gênero, Direito e Território.

Os temas escolhidos refletem dimensões fundamentais da luta das mulheres indígenas e do próprio percurso do projeto. Cada um deles expressa uma frente de resistência e de construção de futuro: a Justiça Climática conecta a defesa do território à preservação da vida; o Fortalecimento Organizacional e a Gestão apontam para a sustentabilidade das iniciativas e o exercício da autonomia; o Gênero, a Comunicação e o Direito e Território revelam as disputas simbólicas e políticas que atravessam os corpos, as palavras e as legislações; enquanto a presença das Mulheres Indígenas nos Espaços de Poder e Decisão reafirma o compromisso com uma transformação profunda das formas de governar e cuidar.

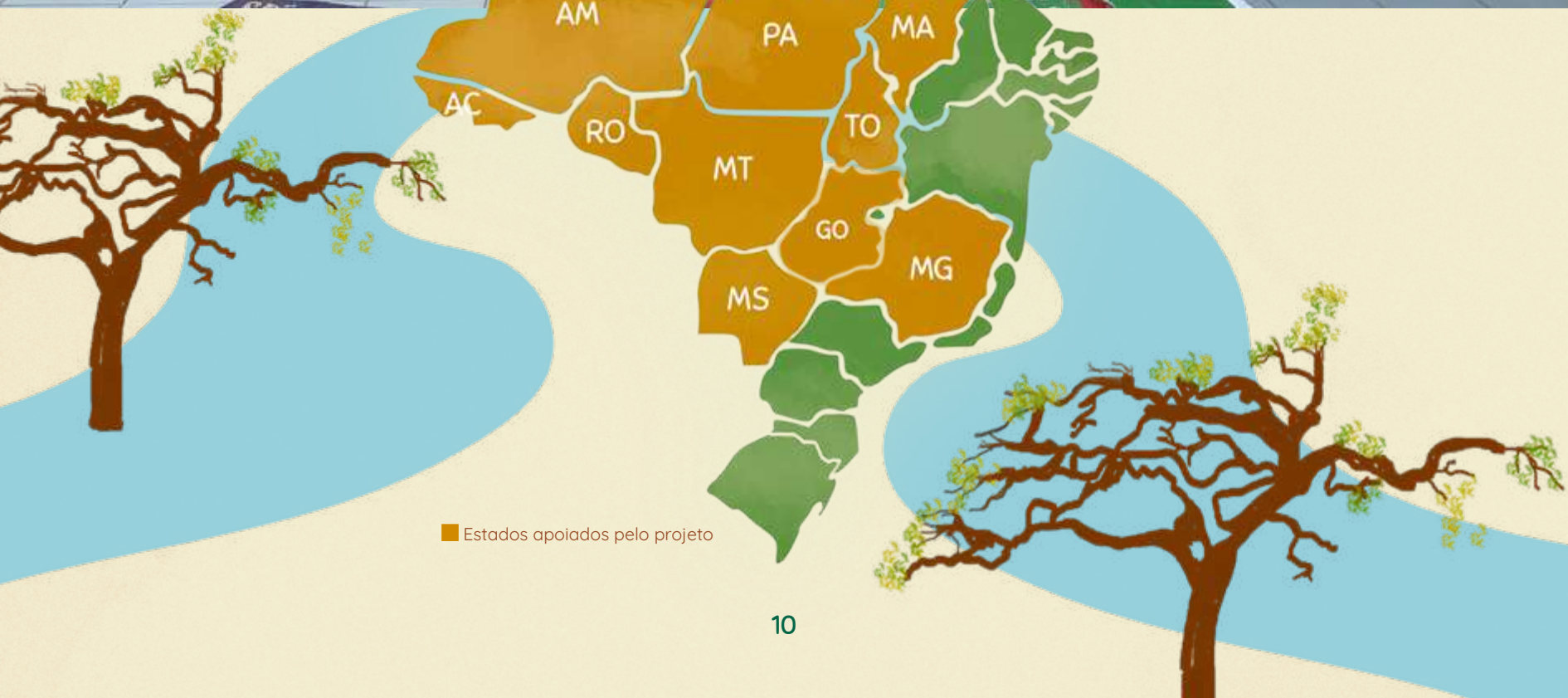
Ler este material é, portanto, revisitar uma caminhada feita de encontros e escutas. É reconhecer o valor das vozes que, a partir de diferentes contextos, tecem uma compreensão coletiva sobre o que significa existir, resistir e decidir como mulheres indígenas em tempos de crise climática e de reconfiguração política. Que esta leitura inspire novas rodas, novos diálogos e novas alianças em defesa da vida e dos territórios.

As vozes que habitaram essas rodas inspiraram e deram sentido a este texto. Elas foram o fio que uniu o tecido coletivo, conduzido como um rio de memórias, lutas e ancestralidades, cujo curso tem no território, na escuta e na coletividade o seu leito principal.

Esta publicação contou com a coautoria das mulheres indígenas que construíram, de forma participativa e consultiva, o Patak Maymu.

Nosso esforço foi o de não apenas relatar saberes e experiências, mas de buscar a vivacidade deles, entendendo que são constitutivos do cerne político desta construção coletiva.







2 JUSTIÇA CLIMÁTICA E VOZES ANCESTRAIS

“Combater a crise climática não é só estar nas grandes mesas de debates... é também fazer ações dentro dos nossos territórios todos os dias.”

— Samela Sateré Mawé (povo Sateré Mawé, AM) assessora de comunicação na Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e na Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (Anmiga).

Antes de abordar a justiça climática, é fundamental reconhecer a emergência climática que já atinge a Amazônia e o Cerrado, áreas de abrangência do Patak Maymu. Esses biomas enfrentam desmatamento acelerado, incêndios severos e secas prolongadas, que aprofundam as vulnerabilidades das comunidades indígenas, especialmente das mulheres. A degradação ambiental imposta pela expansão de atividades agroindustriais e a pressão sobre os recursos naturais provocam rupturas ecológicas e sociais graves. Para as mulheres indígenas, essa emergência não é apenas um conceito técnico, mas uma realidade concreta: significa escassez de alimentos, rios que secam, incêndios e a perda de saberes ancestrais, por isso falam em “emergência” antes de “justiça”, pois enfrentam um colapso em curso.





Para as mulheres indígenas, a crise climática não é uma previsão futura, é uma realidade diária que afeta seus corpos, seus territórios e seus modos de vida. Suas vozes, reunidas na roda de conversa **“Vozes Ancestrais pela Terra e pelo Futuro”** (maio de 2025), denunciam um colapso que vai além do ambiental: é também político, espiritual e cultural.

Mais do que alertas, suas falas são caminhos vivos para a reconstrução da relação entre natureza e humanidade, baseados na reciprocidade, na coletividade e na escuta da terra.

“Sem floresta, não temos vida.”

— Samela Sateré Mawé

Um colapso que já começou

As mudanças climáticas já estão alterando profundamente a vida dos povos indígenas no Brasil, em especial na Amazônia e no Cerrado. As mulheres indígenas, guardiãs dos territórios e da ancestralidade, têm denunciado que não se trata de um problema futuro, mas de um colapso que já está em curso. O desmatamento, as queimadas, o avanço do agronegócio e a exploração predatória colocam em risco não apenas a biodiversidade, mas também a vida das comunidades que dependem desses biomas para existir.

Na Amazônia, a floresta é vista como corpo e espírito. Sonia Guajajara lembra: “somos nós, povos indígenas, os verdadeiros guardiões da natureza. **Sem a nossa presença e resistência, a floresta não fica de pé**”. Para as mulheres amazônidas, defender a floresta é defender sua própria vida, pois dela vem a água, os alimentos, as medicinas e a proteção espiritual. O aumento das secas e a contaminação dos rios pelo garimpo afetam diretamente a saúde das comunidades e colocam em risco as futuras gerações.

No Cerrado, conhecido como berço das águas, as mudanças climáticas se manifestam em longos períodos de estiagem, na perda das nascentes e na degradação do solo. A deputada federal Célia Xakriabá tem denunciado que **“não existe justiça climática sem justiça para os povos indígenas, porque a floresta é o nosso corpo, e quando ela adocece, nós também adoecemos”**. Sua fala ecoa a experiência das mulheres que resistem no Cerrado, onde o avanço da monocultura e do desmatamento ameaça não só a biodiversidade, mas a própria sobrevivência das comunidades.

Na voz das mulheres, a defesa da Amazônia e do Cerrado é também a defesa do futuro. Como disse Telma Taurepang: **“quando defendemos a terra, estamos defendendo o direito de respirar, de plantar e de existir. Essa luta não é só nossa, é da humanidade”**.

As consequências não são apenas climáticas, são existenciais.





“Uma mãe doente não pode gerar vida. O desmatamento faz a terra adoecer.”

— Taila Wajuru (povo Wajuru, RO), jovem comunicadora da Organização dos Povos Indígenas de Rondônia e Noroeste do Mato Grosso (Opiroma), da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) e integrante da Associação das Guerreiras Indígenas de Rondônia (Agir).

Justiça climática é justiça territorial e de gênero

Para as mulheres indígenas, lutar contra as mudanças climáticas é também lutar pelo direito de permanecer nos seus territórios, manter seus rituais, plantar seus alimentos e cuidar das próximas gerações.

“Nossa cultura não é separada da natureza. Os rituais têm a ver com o tempo, o plantio, a comida, a semente. Fazemos tudo com a terra.”

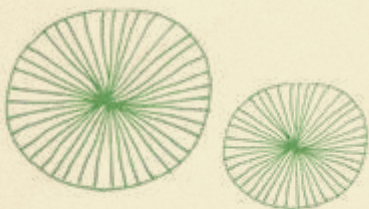
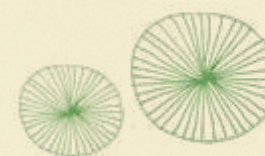
— Watatakalu Yawalapiti (povo Yawalapiti, MT), ativista, integrante do Movimento das Mulheres Indígenas do Território Indígena do Xingu (MMTIX) e Co-Fundadora da Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (Anmiga).

“A resposta somos nós.”

— Movimento Indígena Brasileiro

Invisibilizadas pelas instituições

Apesar do protagonismo das mulheres indígenas no cuidado ambiental, seus trabalhos são frequentemente ignorados pelas políticas públicas, pelas estruturas institucionais e pela mídia.



“O que fazemos é gigante, mas ninguém vê.”

— Erileide Guarani Kaiowá (povo Guarani Kaiowá, MS), graduanda em Pedagogia Intercultural pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Liderança da retomada Guyra Roká.

A roda de conversa revelou que, nos territórios, a crise climática se manifesta na contaminação dos rios, na escassez de alimentos, no aumento da violência e na ameaça constante às lideranças.

“Estamos vivendo a crise no corpo, não no discurso.”

— Josimara Baré (povo Baré, AM), administradora, ativista ambiental e gestora de fundos indígenas.

Cura e continuidade

A provocação de Josimara: “Será que vale a pena?” Foi respondida com firmeza por outras mulheres durante a roda de conversa: sim, vale. Porque lutar pela floresta é garantir que crianças ainda possam sonhar, brincar e contar histórias no mesmo chão que seus ancestrais.

“Queremos que a floresta não acabe de verdade. Isso é lutar por políticas sustentáveis, desburocratização e gestão feita por nós.”

— Belmira Baré (povo Baré, AM), presidenta da Associação Indígena da Comunidade Bom Jesus (AICBJ), liderança de base. Atua no fortalecimento e na autonomia das mulheres indígenas no Rio Negro.

A luta climática é pela vida

Quando a floresta sangra, o corpo das mulheres indígenas também sangra. E a resposta está na permanência, na resistência e na ação coletiva.

“Nós geramos vida. Nós transformamos o mundo.”

— Anna Terra Yawalapiti (povo Yawalapiti, MT) da Organização Familiar Umatalhi e Casa de Cultura Umatalhi do Xingu.

A justiça climática precisa escutar as guardiãs da terra. Sem elas, não haverá futuro possível.



**“Lutamos pela justiça socioambiental
Para que sejam respeitadas
nossas práticas culturais e saberes tradicionais
Nossas mulheres se reúnem nem só para discutir a pauta
Falamos da preocupação que causa as mudanças climáticas
Nossas mulheres da aldeia sabem colher e plantar
Respeitando a fase da lua para os frutos não estragar.”**

Versos de Alvina Xakriabá.

Feito durante o Encontro Microrregional do Cerrado Patak Maymu

The background of the page features a stylized illustration. At the top, three tree trunks are shown with their roots spreading out across the upper half of the page. The roots are depicted in dark brown and reddish-brown tones. On the right side, a branch with green leaves and clusters of small red berries extends downwards. The overall color palette is warm, with earthy tones and a touch of blue in the background behind the roots.

3. FORTALECIMENTO ORGANIZACIONAL: RAÍZES QUE SUSTENTAM

“Quando a gente fala que queremos ser protagonistas, é porque queremos falar de nós mesmas, queremos falar de lei e regras sobre nós mesmas.”

—Marinete Tukano (povo Tukano, AM), coordenadora geral da União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira (Umiab).

A gestão nas organizações de mulheres indígenas é mais do que uma tarefa administrativa: é uma ação política, um ato de resistência e reinvenção cotidiana. Em contextos sociais em que os espaços de decisão historicamente excluíram estas mulheres, fortalecer a gestão é fortalecer também sua autonomia, sua voz e seu protagonismo.

No âmbito do **Patak Maymu**, a gestão organizacional revelou um espaço estratégico de transformação, construído a partir de saberes comunitários, escuta ativa e práticas coletivas que respeitaram as particularidades de cada experiência.



No processo de reflexão coletiva promovido pelo Patak Maymu, a gestão organizacional foi compreendida como um campo de disputa, mas também de construção de novos sentidos. Um dos eixos centrais debatidos foi a necessidade de garantir **espaços de democracia interna**, especialmente quando se trata de organizações mistas. Nesses contextos, a presença das mulheres indígenas precisa ser não apenas assegurada, mas valorizada como parte fundamental da vida organizativa. Para tanto, destacou-se que pensar a gestão também implica em criar condições concretas para a participação: viabilizar que mulheres mães possam estar presentes nesses espaços, sabendo que seus filhos e filhas serão bem acolhidos; reconhecer que o espaço de gestão não é apenas um espaço de decisão, mas também de aprendizado, formação política e fortalecimento coletivo.

As discussões ressaltaram ainda a **importância da participação em redes, articulações e espaços de incidência política**, como as Marchas das Mulheres Indígenas, o ATL-Acampamento Terra Livre e outros espaços de mobilização nacional e internacional. A presença e contribuição ativa das mulheres nesses ambientes significam, ao mesmo tempo, fortalecer suas capacidades individuais e coletivas e trazer à roda pautas que lhes são prioritárias e que, muitas vezes, permanecem invisibilizadas ou secundarizadas em espaços mistos. Esse movimento de potencialização amplia não apenas a voz das mulheres, mas também a qualidade da própria atuação organizacional.

Outro ponto relevante foi a diferenciação entre a gestão em **organizações de mulheres** e a gestão em **organizações mistas**. Enquanto as primeiras se consolidam como espaços privilegiados de formação, acolhimento e liderança feminina, as segundas ainda demandam mecanismos mais evidentes para assegurar a efetiva participação das mulheres, evitando a reprodução de práticas excludentes ou centralizadoras.

As contribuições do Patak Maymu foram decisivas para esse debate. Ao promover rodas de conversa, formações e intercâmbios, o projeto ofereceu não apenas ferramentas metodológicas, mas também espaços de escuta e reflexão que fortaleceram a compreensão coletiva de que a gestão organizacional deve ser, ao mesmo tempo, **participativa, inclusiva e formadora**. Assim, reafirmou-se que uma gestão comprometida com a democracia

interna e com a valorização das mulheres indígenas é parte essencial da luta por direitos, territórios e futuro.

Algumas das vivências e relatos colhidos no processo do Patak Maymu ilustram esta compreensão:

“Mesmo com pouco recurso, conseguimos colocar mulheres no ATL. Isso é gestão estratégica e coletiva.”

- Telma Taurepang (povo Taurepang, RR), liderança indígena e vice-coordenadora da Associação Filhas da Terra.

Telma Taurepang, liderança referência na Amazônia, destaca que pensar a gestão em territórios diversos exige articulação constante e uso criativo das redes de apoio. A organização das Marchas das Mulheres Indígenas, por exemplo, demonstra a força de uma liderança coletiva que mobiliza, planeja e sustenta.

Amairé Kaiabi (povo Kawaiwete, MT), que hoje atua na coordenação da Federação dos Povos e Organizações Indígenas do Mato Grosso (FEPOIMT), acompanhando 43 povos indígenas no estado, destacou que sua trajetória na gestão começou ainda jovem, como assistente na Associação Terra Indígena do Xingu (ATIX).

Essa vivência a preparou para lidar com as exigências administrativas, sem abrir mão da escuta e do diálogo com as lideranças tradicionais. O Patak Maymu, segundo ela, impulsionou sua atuação como mulher indígena na liderança e forneceu ferramentas concretas para sua ação.

Amairé observa que o cuidado com as mulheres, com as mães e com quem está na linha de frente da militância é também uma parte essencial da luta por direitos: **“Cuidar dos outros é parte da nossa luta, mas precisamos cuidar de nós também”**.

Marinete Tukano (povo Tukano, AM), coordenadora geral da *União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira (Umiab)*, por sua vez, traz à tona uma crítica contundente às estruturas institucionais que insistem em invisibilizar as lideranças femininas indígenas.





Vinda de uma trajetória marcada pela sobreposição de funções como mãe solo, acadêmica, ativista e gestora, ela denuncia o peso da sobrecarga emocional e a ausência de apoio financeiro. **“A gente não fala sobre a saúde das mulheres indígenas que estão na linha de frente”**, diz, destacando a urgência de repensar os modelos de organização que não consideram as especificidades dessas mulheres.

Fortalecimento organizacional e gestão como caminho político

Patak Maymu se mostrou fundamental no fortalecimento institucional das organizações de mulheres indígenas. Com a abertura de editais específicos, oficinas de formação em gestão e apoio à participação em espaços estratégicos como a Marcha das Mulheres Indígenas e o Acampamento Terra Livre, o projeto atuou como catalisador de mudanças concretas.

Entre os principais resultados alcançados ao longo dessa caminhada, destacam-se o apoio direto a mais de 65 projetos conduzidos por organizações e coletivos de mulheres indígenas, o fortalecimento de ações voltadas à educação, à economia, à comunicação, ao território e ao enfrentamento da violência, e a realização de processos de formação política que envolveram centenas de pessoas, majoritariamente mulheres e jovens. Impulsionou também o fortalecimento de redes e articulações regionais entre mulheres indígenas da Amazônia e do Cerrado, ampliando o diálogo entre povos, biomas e experiências.

Além disso, promoveu a ampliação da participação das mulheres indígenas em espaços de poder e decisão, a produção de conteúdos e materiais voltados a elas, e a incorporação da perspectiva da justiça climática e da defesa territorial nas agendas políticas das organizações participantes.

Em 2024, **21 organizações foram apoiadas financeiramente**, com foco em três eixos: Formação e Articulação; Incidência Política e Fortalecimento das Capacidades de Gestão.

As ações de formação foram direcionadas para jovens indígenas, promovendo o diálogo intergeracional e preparando novas lideranças para os desafios da gestão associativa.

Oficinas, manuais de prestação de contas adaptados e encontros microrregionais também ampliaram a capacidade de ação das organizações nos biomas Amazônia e Cerrado.

Mais do que apoiar as organizações, fortalecer a gestão é garantir que as mulheres indígenas possam existir plenamente em seus territórios e papéis, sem abrir mão da maternidade, da militância, da espiritualidade e da cultura. É reconhecer que a autonomia organizacional é condição para a autodeterminação dos povos. É, como define Amairé Kaiabi, **“dar visibilidade, reconhecimento e coragem para seguir adiante”**. E isso só é possível com apoio contínuo, respeito à diversidade e escuta verdadeira das vozes que sempre estiveram à margem.

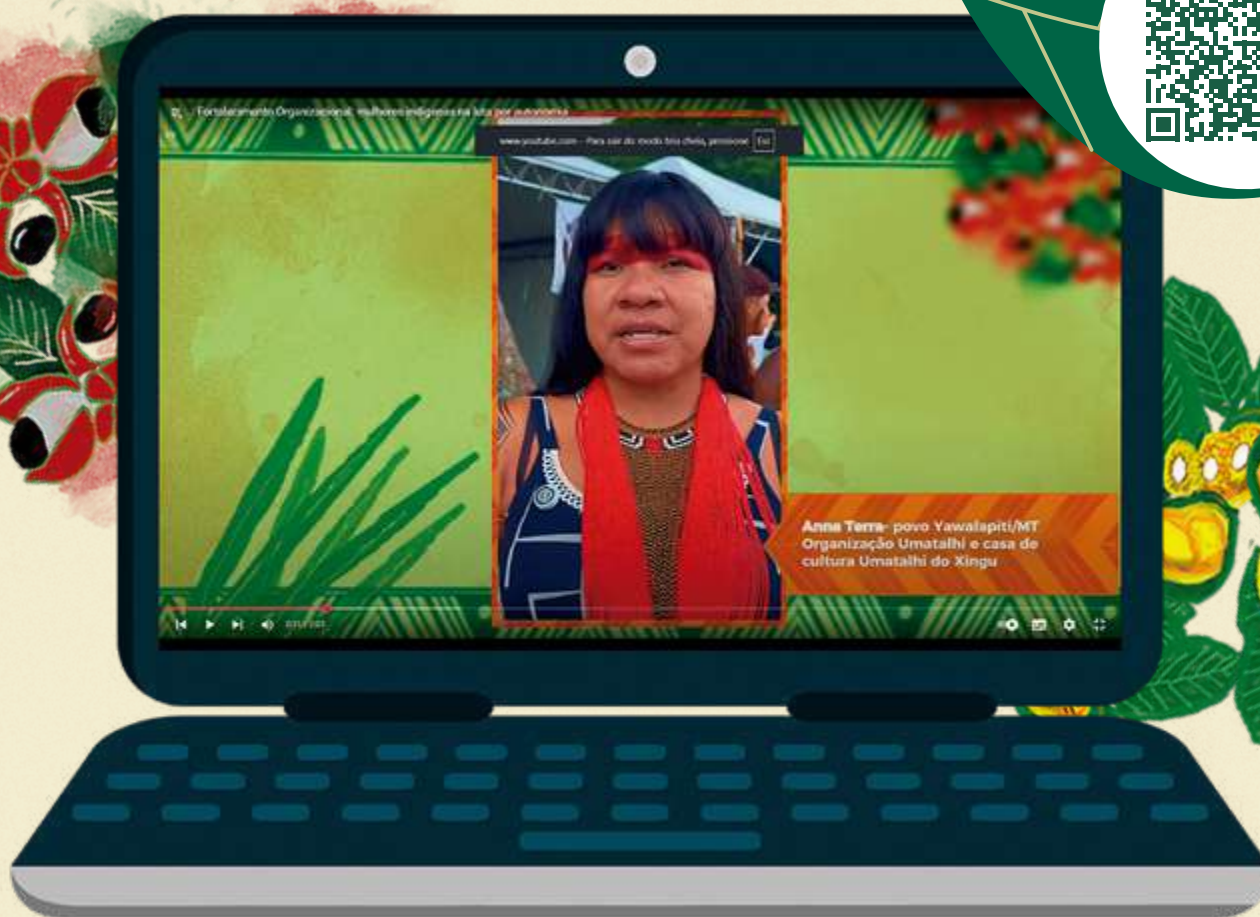
Caminhos que seguem lado a lado

Os desafios enfrentados por essas lideranças são numerosos. Entre eles, estão o machismo institucional presente inclusive nas organizações indígenas, a deslegitimação por parte de lideranças masculinas e a falta de apoio dos próprios parceiros. Mas, como enfatiza Amairé Kaiabi, o que se busca não é ocupar o lugar dos homens, mas caminhar ao lado. **“A gente não quer estar na frente nem atrás, a gente quer estar ao lado”**, afirma, sintetizando o princípio de equilíbrio que orienta a luta das mulheres indígenas por justiça organizacional e política.

Fortalecer a gestão é muito mais do que criar estruturas administrativas: é garantir que as mulheres indígenas existam plenamente, com suas identidades, afetos e responsabilidades. É reconhecer a gestão como espaço de vida e de coragem, onde lideranças femininas atuam com visibilidade e autonomia, afirmando sua presença e voz na construção da autonomia de seus territórios.



Assista ao depoimento de Anna Terra Yawalapiti





4. MULHERES INDÍGENAS NOS ESPAÇOS DE PODER E DECISÃO: ESTAR E PERMANECER



“A entrada das mulheres indígenas nesses espaços é fruto de um grande esforço coletivo.”

— Jozileia Kaingang (povo Kaingang, RS), diretora executiva da Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (Anmiga).

A presença de mulheres indígenas em espaços de poder no Brasil é mais do que uma conquista política: é uma ruptura histórica com séculos de apagamento. Cada mulher que chega ao parlamento, à coordenação de uma organização ou a uma câmara municipal carrega consigo não apenas sua trajetória individual, mas também os **territórios, saberes e lutas coletivas** de seu povo.

Do silenciamento à visibilidade

Historicamente excluídas da política institucional, as mulheres indígenas têm ocupado **funções estratégicas**, dentro e fora das comunidades. Mas essa ocupação não ocorre



sem resistência. Os desafios são múltiplos: sobrecarga de tarefas, **violência institucional**, isolamento político e deslegitimação.

“É uma sobrecarga muito grande, mas também um aprendizado muito grande.”

— Marinete Xakriabá (povo Xakriabá, MG), vereadora em São João das Missões e integrante da Associação Indígena Xakriabá Aldeia Riacho dos Buritis e Adjacências (Aixarba).

“Ser mulher indígena na política é carregar múltiplas responsabilidades: mãe, esposa, dona de casa e liderança.”

— Alvina Xakriabá (povo Xakriabá, MG), professora de cultura, articuladora na Associação Indígena Xakriabá Aldeia Riacho dos Buritis e Adjacências (Aixarba) e grupo de mulheres “Juntas somos mais”.

Barreiras e aprendizados

As rodas de conversa do Projeto Patak Maymu revelaram o quanto a atuação política dessas mulheres se dá em contextos de resistência, mas também de inovação. A entrada em cargos públicos não apaga a sobrecarga com os cuidados domésticos, o trabalho na roça ou a maternidade.

Mesmo em espaços institucionais, elas enfrentam racismo, machismo e tentativas de silenciamento. Muitas vezes, sua presença é tolerada, mas não plenamente reconhecida.



 **Ouçá o Podcast** “Mulheres de Luta: Do território ao parlamento”

 **Leia a matéria** “Protagonismo das mulheres indígenas: da luta por território ao parlamento”, de Ariene Susui e Beatriz Tuxá.



Candidaturas e sub-representação

Segundo o **TSE**, nas eleições de 2020 foram registradas 2.216 candidaturas indígenas — **apenas 29% de mulheres**. Somente **17 foram eleitas vereadoras**. Em 2024, houve crescimento de 23% nas candidaturas femininas indígenas, mas a sub-representação permanece.

Eleições municipais (2024)

Cargo	Qtd. mulheres indígenas candidatas (Todos os partidos)	Qtd. mulheres indígenas eleitas - (Somente partidos simpáticos à agenda indígena***)
Prefeita	7	0
Vereadora	911	9
Vice-prefeita	28	1
Total	946	10

*** Incluídos somente os partidos PCdoB, PDT, PSOL, PT, PSTU, PV e REDE

“As ações do projeto ajudaram muito para que eu me candidatasse.”

— Marinete Xakriabá

A Bancada do Cocar² surge como resposta a essa lacuna, promovendo articulação, formação e mobilização para que mais mulheres indígenas possam disputar e ocupar esses espaços.

2 A Bancada do Cocar é uma articulação suprapartidária formada por parlamentares indígenas e aliados no Congresso Nacional brasileiro. Criada para fortalecer a representação política dos povos indígenas, a bancada atua na defesa dos direitos territoriais, ambientais, culturais e sociais, buscando garantir que as vozes e pautas dos povos originários sejam consideradas nos processos legislativos e nas políticas públicas.

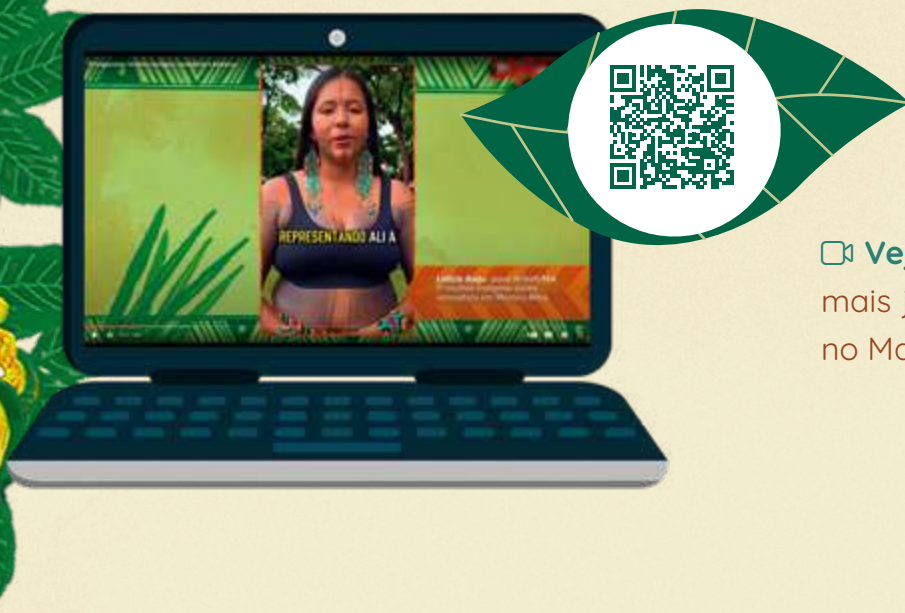
Fonte: BRASIL. Câmara dos Deputados. Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas – Bancada do Cocar reúne parlamentares em defesa dos direitos indígenas. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/943527-bancada-do-cocar-reune-parlamentares-em-defesa-dos-direitos-indigenas/>



Outras formas de fazer política

As lideranças indígenas vêm **redefinindo o conceito de política**. Práticas como escuta, cuidado, espiritualidade e ancestralidade se tornam fundamentos ético-políticos de sua atuação.

Lideranças como **Sonia Guajajara, Célia Xakriabá, Joenia Wapichana, Marinete Xakriabá, Awju Krikati** e tantas outras mostram que é possível ocupar esses espaços sem abandonar a identidade, a coletividade e os territórios.



📺 **Veja o depoimentos de Awju Krikati** (primeira e mais jovem mulher indígena eleita em Montes Altos no Maranhão).

Desafios persistentes

Apesar dos avanços, os desafios continuam profundos. Nas rodas, as mulheres relataram:

- Racismo institucional e sub-representação em conselhos e fóruns;
- Falta de apoio para mães políticas;
- Violência de gênero e ataques virtuais;
- Desvalorização da escuta e do cuidado na política tradicional;

- Exclusão de mulheres nos espaços de poder dentro das próprias comunidades
- Violência política de gênero, tentativas de silenciamento e deslegitimação, tanto dentro quanto fora das estruturas institucionais;
- Formação em política partidária, engajamento em campanhas e financiamento;
- Machismo.

Além disso, a **invisibilização dos trabalhos reprodutivos e comunitários** recai desproporcionalmente sobre elas, exigindo a construção de **redes de apoio e acolhimento** que permitam a permanência com dignidade nesses espaços.

“Mesmo com tantos desafios, a gente está ocupando os espaços. Mas ainda existe uma resistência da sociedade como um todo.”

— Fabriciane Xakriabá (povo Xakriabá, MG), integrante da Associação Indígena Xakriabá Aldeia Riacho dos Buritis e Adjacências (Aixarba).

Governança com ancestralidade

As mulheres indígenas não estão apenas “ocupando” a política: **estão reinventando suas bases**. A presença delas transforma a lógica de poder, incorporando espiritualidade, território, bem viver e escuta coletiva como dimensões políticas legítimas.

Projetos como o **Patak Maymu** têm desempenhado papel fundamental nesse processo, promovendo **formação, visibilidade e suporte logístico** para que lideranças femininas estejam onde precisam estar, **com autonomia e respeito às suas raízes**.

A presença das mulheres indígenas em espaços de poder não é uma concessão. **É um direito, uma urgência e uma necessidade democrática**. Elas estão redesenhando o mapa da política brasileira com seus saberes, corpos, línguas e visões de mundo. Fortalecê-las é **transformar o país com justiça histórica e pluralidade real**.





5. COMUNICAÇÃO: FERRAMENTA DE LUTA DAS MULHERES INDÍGENAS

“Ser comunicadora vai além da técnica: é ser liderança e abrir caminhos para outras mulheres.”

—Mayla Karajá (povo Karajá Xambioá, TO), comunicadora da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) e assessora de Comunicação/ Gerente do Departamento de Comunicação da Articulação dos Povos Indígenas do Tocantins (Arpit).

Nos territórios indígenas, comunicar é mais do que informar. É conviver, preservar a memória, denunciar violências, afirmar identidades e convocar para a luta. A experiência das mulheres indígenas no **Patak Maymu** mostra que a comunicação é território de resistência, feito com palavras, imagens e gestos que nascem da terra, da ancestralidade e da coletividade.

Comunicar para viver e resistir

Para muitas mulheres que participaram das **rodas de conversa** do projeto, o caminho da comunicação nasce da urgência: não está necessariamente relacionado a qualquer formação “oficial”. **Taila Wajuru** começou escrevendo cartas de denúncia para o Ministério Público; mais tarde, passou a gravar vídeos, fazer fotos e registrar áudios sobre a realidade de seu território. Esses materiais tornaram-se instrumentos de prova e de visibilidade para as lutas de seu povo no processo de demarcação territorial.

Luara Saporá (povo Saporá, RR), Coordenadora de Comunicação União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira (Umiab), desde criança viu na fotografia uma forma de expressar o olhar de sua comunidade. Quando assumiu a comunicação da Umiab, criou o perfil da organização nas redes sociais. Segundo ela:

“A comunicação não é só denúncia, é também para mostrar que as mulheres indígenas ocupam espaços e têm protagonismo.”

— Luara Saporá

Mayla Karajá, vai além: **“Ser comunicadora é abrir caminhos para outras mulheres. É uma questão de vida ou morte.”**

Nesse sentido, comunicar é um ato político, um gesto de coragem e também uma ponte entre mundos que historicamente negaram voz às mulheres indígenas. Comunicar, deste modo, não é uma ferramenta, mas um território de disputa, onde as mulheres indígenas seguem se afirmando como protagonistas de sua própria história.

Barreiras estruturais

Apesar da força, os desafios são muitos. Nas rodas, foram relatadas dificuldades que atravessam o fazer comunicacional das mulheres indígenas, como a falta de equipamentos e de apoio institucional; a ausência de reconhecimento da comunicação indígena como





um campo legítimo; o racismo, o machismo e a desvalorização tanto dentro quanto fora dos próprios movimentos; além da dificuldade de participação em eventos devido à falta de acolhimento às mães comunicadoras.

Redes e transformações

Mesmo com esses obstáculos, as mulheres indígenas vêm **reconfigurando o campo da comunicação política no Brasil**.

A formação de **redes de comunicadoras indígenas**, apoiadas por iniciativas como o Patak Maymu, fortaleceu a troca entre territórios e impulsionou a visibilidade que antes não se tinha. Além disso, mobilizações pelas redes sociais contribuíram para que lideranças indígenas como Sonia Guajajara e Célia Xakriabá alcançassem espaços no parlamento, mostrando que a comunicação é também caminho para as urnas. Mulheres que antes narravam suas comunidades, hoje narram o país. E o fazem com a autoridade de quem conhece o chão que pisam e a memória que carregam.

Em 2024, a CESE realizou um mapeamento de comunicadoras indígenas no âmbito do projeto Patak Maymu, que envolveu três etapas: coleta coletiva presencial, pesquisa digital e entrevistas em profundidade. Participaram mulheres de diversos povos, como Xakriabá, Yawalapiti, Xavante, Guarani, Kaiowá, Kurâ Bakairi e Terena, entre outros. O levantamento evidenciou a diversidade de experiências e estratégias de comunicação nos territórios da oralidade à fotografia, do rádio às redes sociais e reforçou que comunicar é também resistir e afirmar identidade.

O mapeamento destacou desafios estruturais, como o machismo, a violência de gênero, a insegurança digital e a dificuldade de conciliar a comunicação com responsabilidades familiares. Ao mesmo tempo, evidenciou as potencialidades da comunicação para fortalecer

redes, visibilizar pautas femininas e indígenas, além de ocupar espaços antes inacessíveis nos meios digitais e tradicionais. Para essas mulheres, comunicar é uma ferramenta de luta, de autonomia e de protagonismo, capaz de transformar realidades e narrativas em todo o país, reafirmando que a comunicação indígena é território de resistência e afirmação política.

O que propõem as mulheres indígenas?

Durante os encontros, oficinas e rodas de conversa, as mulheres apontaram ações necessárias para o fortalecimento da comunicação:

- Políticas públicas que apoiem a **comunicação popular e indígena**;
- Formação técnica e estrutura adequada;
- **Remuneração justa** para comunicadoras;
- **Espaços seguros para mães com filhos pequenos**;
- Uso estratégico do **marketing social** para ampliar o alcance das pautas.

Mais do que ferramenta, a comunicação indígena é prática de reexistência. Cada relato compartilhado é uma afirmação política, uma cura coletiva e um gesto de transformação. As vozes das mulheres indígenas ecoam porque são enraizadas na verdade, na memória e no desejo de construir outros mundos possíveis.

“O caminho da comunicação nasce da urgência de uma necessidade. A luta é pela vida!”

—Taila Wajuru





 Repositório do Patak Maymu



 Acesse o Mapeamento de comunicadoras Indígenas (2024)



 Veja vídeo produzido por organização apoiada





6. GÊNERO: CORPOS, SABERES E RESISTÊNCIAS

“Quando uma mulher se levanta e ecoa sua voz, ela estremece estruturas patriarcais.”

— Telma Taurepang (povo Taurepang, RR), liderança e vice-coordenadora da Associação Filhas da Terra.

As rodas de conversa, oficinas, encontros, intercâmbios e visitas realizadas pelo Patak Maymu trouxeram à tona o significado de ser mulher indígena em contextos marcados pela violência, invisibilidade e resistência. Para os povos indígenas, a questão de gênero é um campo em constante transformação, no qual as mulheres desafiam silenciamentos históricos e reivindicam seus saberes, corpos e territórios como parte essencial da vida coletiva.

Falar de gênero entre os povos indígenas exige cuidado, escuta e respeito à pluralidade dos modos de vida e cosmovisões. O termo “igualdade de gênero”, embora amplamente utilizado em políticas públicas e movimentos sociais, nem sempre encontra tradução direta nos territórios indígenas. Como afirmou Jaqueline Aranduhá (povo Guarani Kaiowá, MS),



Coordenadora do Comitê Permanente de Enfrentamento à Violência contra a Mulher Indígena (CPDMMI), da Anmiga: **“Nem entre nós, mulheres indígenas, somos iguais. A multiplicidade é nossa força.”**

Entre as mulheres indígenas, a discussão sobre gênero não parte apenas da divisão sexual do trabalho ou da presença em espaços de poder, mas do lugar que o corpo, a ancestralidade e a espiritualidade ocupam na organização da vida coletiva. Gênero, para essas mulheres, é também território, cuidado, cura e continuidade.

Apesar disso, os efeitos da colonização, o racismo estrutural e o patriarcado impactaram profundamente a dinâmica das comunidades indígenas, muitas vezes silenciando ou marginalizando as vozes femininas. Em muitos contextos, as mulheres indígenas enfrentam múltiplas formas de violência — doméstica, institucional, simbólica, política, além de uma sobrecarga que mistura maternidade, trabalho comunitário e militância.

A entrada dessas mulheres em espaços de visibilidade e decisão, como movimentos, universidades, câmaras municipais e articulações nacionais, não ocorreu sem resistência. Cada trajetória é marcada por enfrentamentos, mas também por redes de solidariedade, memória coletiva e ação política.

A experiência do Patak Maymu revelou algumas camadas da experiência de ser mulher indígena hoje. As falas apontam não apenas as dores, mas também as conquistas, os caminhos construídos e os sonhos tecidos coletivamente por justiça e equilíbrio.

A abordagem de gênero entre os povos indígenas no Brasil vem ganhando maior visibilidade nas últimas décadas, tanto nos espaços acadêmicos quanto nos movimentos sociais e nas políticas públicas. Contudo, essa visibilidade é o resultado de longas trajetórias de resistência e autoafirmação de mulheres indígenas que, historicamente, enfrentam camadas múltiplas de opressão — como o racismo, o patriarcado e a colonialidade, tanto nas relações com a sociedade envolvente quanto, em alguns casos, nas dinâmicas internas de suas comunidades.

Vozes que revelam desafios profundos

Marinete Tukano relata que nasceu em um lar marcado pela violência doméstica e que, mesmo hoje, as mulheres continuam sendo as principais vítimas. Em muitos contextos, as denúncias são silenciadas por medo de retaliação ou por estarem ligadas a figuras de poder dentro das comunidades. A própria lenda do boto, segundo ela, mascara casos de abuso intrafamiliar.

Taila Wajuru denuncia a violência naturalizada no cotidiano, desde a sobrecarga de trabalho doméstico à falta de apoio institucional para mães solo indígenas que tentam permanecer na luta coletiva. **“Nascer mulher é ter um alvo nas costas.”**

Cada palavra dita, cada passo dado reverbera a memória da ancestralidade e abre caminho para as futuras gerações. A voz das mulheres indígenas, quando afirmada no espaço público, desloca hierarquias, desafia o silêncio imposto e reafirma que não há futuro sem a presença, a liderança e a sabedoria delas.

Conquistas e articulações coletivas

Apesar das barreiras, as mulheres indígenas têm conquistado espaços de liderança, visibilidade e ação política. A criação de organizações como a Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (Anmiga), fundada em 2021; a União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira (Umiab), fundada em 2009; e o fortalecimento da Bancada do Cocar são exemplos de articulação coletiva. A Marcha das Mulheres Indígenas, em suas diversas edições, foi destacada como marco organizativo e simbólico.

A comunicação tem sido uma das estratégias mais potentes desse processo. Comunicadoras como Mayla Karajá, Luara Saporá e Taila Wajuru demonstram que denunciar violências, registrar eventos e contar histórias indígenas sob a ótica das mulheres é também fazer política. **“A comunicação é vida ou morte para a gente”**, diz **Mayla**, ao relatar os impactos da desinformação e da invisibilização na vida das mulheres.



A violência contra as mulheres indígenas é uma das expressões mais dolorosas das desigualdades históricas que atravessam os povos indígenas no Brasil. Ela se manifesta de múltiplas formas — física, sexual, psicológica, política e simbólica — e está profundamente relacionada à invasão dos territórios, ao racismo e às estruturas patriarcais, que tentam silenciar e controlar os corpos e as vozes das mulheres. Mais do que agressões individuais, essas violências atingem dimensões coletivas, pois ferem o equilíbrio das comunidades e ameaçam a continuidade dos modos de vida. As mulheres indígenas têm denunciado que a violência contra elas é também uma violência contra o território e contra a vida. Em resposta, multiplicam-se iniciativas de enfrentamento e fortalecimento, que combinam proteção, denúncia, formação política e reafirmação de suas identidades, saberes e direitos.

Dados que não podem ser ignorados

- Femicídios entre mulheres indígenas cresceram 40% em cinco anos (Atlas da Violência, 2023).
- 78% das lideranças indígenas mulheres sofreram violência institucional (Anmiga).
- Um levantamento da revista **Gênero & Número** indica que, entre 2014 e 2023, os registros de violência contra mulheres indígenas aumentaram **258%**, enquanto a média entre mulheres de todas as raças cresceu 207%.
- No mesmo estudo, a **violência sexual** contra mulheres indígenas teria **quadruplicado** nesse período, e 79% das vítimas são menores de idade — cerca de metade das vítimas têm menos de 14 anos.
- Em Roraima, entre janeiro de 2022 e abril de 2023, os boletins de ocorrência apontam que agressões psicológicas, ameaças, constrangimento e chantagem foram as modalidades mais frequentemente denunciadas por mulheres indígenas.
- No Maranhão, em 2024, a violência contra mulheres indígenas foi **145% maior** que contra mulheres não indígenas, sendo 288 casos por 100 mil habitantes,

diante de 117,5 casos por 100 mil para mulheres não indígenas.

- Segundo o **CIMI (Conselho Indigenista Missionário)**, em 2022 foram registrados 20 casos de violência sexual contra crianças, adolescentes e mulheres indígenas. Dessas ocorrências, 18 envolveram crianças/adolescentes entre 5 e 14 anos; um caso envolveu bebê com 1 ano e 11 meses.
- Os registros de violência sexual, que incluem assédio, estupro, exploração sexual e pornografia infantil, cresceram 297% entre mulheres indígenas no período recente, segundo dados compilados pela **Gênero & Número** a partir do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN).
- Em Roraima, no recorte feito de denúncias registradas à Polícia Civil, as mulheres indígenas mais atingidas com violência psicológica tinham entre 24 e 34 anos, com ensino fundamental incompleto, muitas moravam fora da aldeia e o agressor era parceiro indígena.

Reflexões e perspectivas decoloniais

As discussões sobre gênero entre povos indígenas não podem ser tratadas a partir de categorias ocidentais fixas ou homogêneas. Segundo a antropóloga Alessandra Korap Munduruku, líder e pesquisadora do povo Munduruku, o gênero entre os povos indígenas é marcado por diversidades e sentidos próprios, onde papéis sociais, responsabilidades e saberes são distribuídos de maneira distinta conforme a cosmologia de cada povo. Para muitos desses povos, o feminino e o masculino não são opostos hierárquicos, mas dimensões complementares que organizam o mundo, as relações sociais e espirituais. Ainda assim, os efeitos do colonialismo, do contato forçado com o Estado e das religiões ocidentais introduziram desigualdades e mecanismos de silenciamento das vozes femininas.

Entre as mulheres indígenas, o feminismo é um tema que se constrói a partir de muitas vozes, trajetórias e compreensões. Para muitas delas, não se trata de adotar uma identidade ou teoria externa, mas de afirmar uma luta que nasce do território, da ancestralidade e





da experiência coletiva de ser mulher e indígena. No âmbito do Patak Maymu, diversas participantes se reconhecem como feministas e têm construído suas lutas, reflexões e práticas a partir desse referencial, ressignificando-o à luz de suas realidades e saberes. Nesse processo, o feminismo assume contornos próprios, enraizados na defesa da vida, na coletividade e na afirmação das mulheres indígenas como protagonistas de suas histórias e territórios.

Essa compreensão está profundamente ligada à importância dos espaços de auto-organização das mulheres indígenas, que se consolidaram ao longo das últimas décadas como bases políticas e afetivas de fortalecimento coletivo. Instâncias como a União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira (Umiab), entre tantas outras organizações regionais e locais, têm desempenhado papel essencial na articulação política, na formação de lideranças e na defesa dos direitos das mulheres e de seus povos. Esses espaços são territórios de escuta, acolhimento e decisão, em que as mulheres compartilham experiências, elaboram estratégias e reafirmam sua autonomia frente às estruturas de poder tradicionais e coloniais. Mais do que organizações, representam movimentos vivos de resistência e de construção de futuros, nos quais o protagonismo das mulheres indígenas se expressa em ações concretas e na defesa da vida em todas as suas dimensões.

É importante destacar, como faz a antropóloga Ana Lúcia Galvão em suas pesquisas sobre o povo Pankararu, que os processos de construção de gênero nos contextos indígenas contemporâneos não são apenas de resistência, mas também de invenção. As mulheres indígenas estão criando novas formas de existir politicamente, combinando ancestralidade, espiritualidade e tecnologias contemporâneas para redefinir o lugar do feminino indígena na sociedade brasileira.



7. DIREITO E TERRITÓRIO: O CORPO DA TERRA

“O território somos nós.”

— Anna Terra Yawalapiti (povo Yawalapiti, MT) da Organização Familiar Umatalhi e casa de cultura Umatalhi do Xingu.

Entre os povos indígenas, o território não é uma abstração jurídica, nem tampouco um bem delimitado por cercas ou mapas. O território é corpo, é casa, é mãe. Está entrelaçado à espiritualidade, à memória e à continuidade da vida. É onde se planta, se canta, se cura e se vive em coletividade. Nas falas das mulheres indígenas, esse entendimento ecoa como resistência à lógica colonial do direito ocidental.

Para as mulheres indígenas, essa ligação com o território é ainda mais profunda e atravessada por múltiplas camadas de violação. Quando o território adoece, o corpo da mulher também adoece. Quando a terra é invadida, desmatada ou transformada em pasto, não é apenas um ecossistema que é destruído: são modos de vida que desaparecem, rituais que se interrompem e alimentos que deixam de existir.



Ameaças ao território

A realidade imposta às comunidades indígenas no Brasil é marcada por violações de direitos históricos e estruturais.

A tese do marco temporal, que tenta limitar os direitos dos povos indígenas às terras que ocupavam em 5 de outubro de 1988, é sentida pelas mulheres indígenas como uma profunda violência contra suas vidas e suas histórias. Para elas, o território não é apenas um espaço físico: é corpo, memória, alimento, espiritualidade e futuro. Como afirma Eliane Potiguara, **“o território para nós é chão, corpo, alma e memória. Sem ele, não existimos”**.

Ao impor uma data fixa, o marco temporal apaga os séculos de expulsões e remoções forçadas que muitos povos sofreram antes mesmo da Constituição. Ele ignora a dor das famílias arrancadas de suas terras e a luta das mulheres que sempre foram guardiãs da memória e da vida comunitária. Como lembra Célia Xakriabá, **“quando a terra é atacada, é também o corpo da mulher indígena que é violado, porque somos nós as que seguram a semente, a água e a vida”**.

O marco temporal, agora transformado em lei, permanece como um dos principais empecilhos jurídicos à demarcação das Terras Indígenas que ainda aguardam julgamento. Mais do que uma barreira legal, ele representa um novo capítulo da colonização contemporânea, que continua a violar o corpo-território indígena e a perpetuar a lógica de apagamento dos direitos originários no Brasil.

As consequências dessa tese são duras: aumentam os conflitos e a violência contra as comunidades, em especial contra mulheres e meninas; enfraquece a participação política das indígenas nos processos de decisão; e ameaça a continuidade da ancestralidade, já que são as mulheres que ensinam às crianças a língua, a cultura e os modos de se relacionar com a terra. Sonia Guajajara tem denunciado isso com veemência: **“negar nossos territórios é condenar nossos povos à morte cultural e física; é um projeto de extermínio que atinge primeiro as mulheres, porque delas depende a continuidade da vida”**.

Mas as mulheres indígenas não têm ficado em silêncio. Nas marchas e mobilizações

nacionais, elas levantam suas vozes contra o marco temporal. Como disse Telma Taurepang, liderança indígena: **“quando uma mulher indígena se levanta, ela não levanta sozinha: levanta com seu povo, com sua ancestralidade e com a floresta”**. Esse é o sentido maior da resistência: defender os territórios é defender a vida presente e o futuro de todas as gerações.

Nas rodas de conversa do Patak Maymu, as lideranças reafirmaram que o não reconhecimento dos territórios é uma forma sistemática de negação da existência. Sem demarcação, não há garantia de segurança, de educação diferenciada, de saúde indígena ou de livre circulação. Além disso, a ausência de reconhecimento institucional permite que as mulheres continuem sendo alvos de violência e intimidação. Anna Terra denuncia que, em muitas regiões, indígenas são barrados em estabelecimentos comerciais e hotéis, como se fossem forasteiros em sua própria terra. Isso reforça o racismo institucional e a exclusão cotidiana. **“Estamos sendo violadas por não poder viver em paz nos nossos próprios territórios”**, declara.

A situação se agrava com a crescente presença do garimpo ilegal, da grilagem e do turismo predatório, que se infiltram em áreas sagradas e afetivas, rompendo vínculos ancestrais. Taila relata que locais de rituais, onde pajés foram enterrados e onde se faziam as farinhas e o beiju, estão sendo destruídos, afetando diretamente a identidade e a memória dos povos. O direito à terra, neste caso, é também o direito de viver como seus ancestrais viveram, algo que os projetos de “progresso e desenvolvimento” impõem como ultrapassado ou folclórico.

Embora o reconhecimento institucional da luta indígena tenha avançado em certos pontos, como a criação do Ministério dos Povos Indígenas e a eleição de lideranças indígenas para cargos políticos, as mulheres que participaram das rodas de conversa alertam para a superficialidade desses avanços. Há uma crítica explícita à falta de escuta real nas mesas de negociação e à maneira como a presença indígena tem sido instrumentalizada em espaços internacionais como a COP (Conferência das Partes), onde muitas vezes não se fala de demarcação, nem se considera a centralidade da luta pelo território.

Patak Maymu contribuiu nesse processo, oferecendo formações, apoio logístico e





visibilidade para que mulheres indígenas pudessem estar em espaços políticos sem abrir mão de suas identidades e territórios. O reconhecimento da espiritualidade, da comunicação e da territorialidade como dimensões políticas foi uma das contribuições mais potentes das rodas de conversa promovidas pelo projeto. Isso demonstra que a luta por território não é apenas uma pauta fundiária, mas a base para todas as demais formas de vida indígena.

O direito ao território, portanto, é o direito à continuidade da existência. É a possibilidade de que as mulheres indígenas sigam plantando, cuidando, dançando, cantando, falando e vivendo em suas terras, sem precisar pedir permissão para isso.

Território como espiritualidade e continuidade

Espaços de espiritualidades, onde se enterravam pajés ou produziam farinhas tradicionais, estão sendo destruídos por empreendimentos e turismo predatório. A perda desses lugares rompe a identidade e a continuidade cultural dos povos.

Taila Wajuru afirma:

“Estão apagando nossa memória. Destraindo onde vivíamos e onde nossos ancestrais estão.”

Para as mulheres indígenas, lutar pela terra é também lutar pela saúde, pela cultura, pela alimentação tradicional e pela maternidade em seus próprios termos.

Comunicação como defesa do território

Anna Terra destaca a comunicação como instrumento político e espiritual de defesa do território, afirmando que é preciso reconhecer as dimensões simbólicas, espirituais e afetivas da terra. O fortalecimento da comunicação indígena, segundo ela, é fundamental para denunciar as violações e afirmar outras formas de existência. Ao mesmo tempo, a presença feminina em espaços de decisão tem se mostrado estratégica. As mulheres

pensam coletivamente, priorizam a escuta e constroem alianças que desafiam a lógica da fragmentação imposta pela colonização

O fortalecimento das vozes femininas, apoiado por projetos como o **Patak Maymu**, tem garantido formação, estrutura e visibilidade para que essas mulheres possam estar nos espaços políticos **sem abandonar suas raízes**.

Espaços de decisão institucional

Mesmo com avanços como a criação do **Ministério dos Povos Indígenas** e a eleição de lideranças indígenas, há alertas sobre o esvaziamento de pautas estruturais.

“A gente focou em estar lá, mas não pensou em como permanecer.”

— Taila Wajuru

A crítica se dirige à superficialidade dos convites institucionais, que muitas vezes não incluem o debate sobre **demarcação** ou sobre a **presença real das mulheres indígenas na tomada de decisões**.

Direito à terra é direito à vida

Mais do que uma questão jurídica ou fundiária, o direito ao território é o **direito à existência plena**, como resume Anna Terra:

“Lutar pelo território é lutar pelo direito de viver. Não deveríamos pedir permissão para viver na nossa própria casa.”



8. DESAFIOS COMUNS: AS TRAVESSIAS COLETIVAS

As rodas de conversa do Patak Maymu revelaram desafios estruturais e cotidianos que atravessam as experiências das mulheres indígenas em seus territórios. Entre as travessias coletivas identificadas, destacam-se:

- **Violência estrutural e silenciamento:** A violência doméstica, política, simbólica e institucional é uma realidade presente. O medo da retaliação e a impunidade dificultam a denúncia, enquanto o machismo e o racismo reforçam o silêncio e a exclusão das lideranças femininas.

- **Machismo e racismo nos espaços de poder:** As mulheres indígenas enfrentam discriminação e insegurança em ambientes políticos e sociais, o que gera isolamento e dificuldade para exercer protagonismo.
- **Sobrecarga de múltiplos papéis:** O acúmulo de funções como mães, líderes, ativistas e comunicadoras resulta em esgotamento físico e emocional. A falta de suporte logístico e emocional agrava essa sobrecarga.
- **Falta de formação e capacitação:** Há carência de espaços de aprendizagem voltados às necessidades das mulheres indígenas em direitos, gestão, comunicação e organização política.
- **Fragmentação e invisibilidade:** A diversidade cultural, territorial e social das mulheres indígenas dificulta o desenvolvimento de políticas homogêneas e aumenta o risco de invisibilização.
- **Interseccionalidade das pautas:** As lutas por gênero, território, comunicação, política e meio ambiente estão interligadas, mas ainda há dificuldade em integrá-las plenamente nas agendas políticas e sociais.





9. RECOMENDAÇÕES: SEMENTES PARA O AMANHÃ

Diante dos desafios, as mulheres indígenas destacam caminhos para fortalecer suas lutas e ampliar seu protagonismo:

- Garantir a demarcação dos territórios indígenas;
- Fortalecer redes de apoio, sororidade e cuidado, criando ambientes seguros para as mulheres;
- Garantir infraestrutura adequada para participação plena, especialmente apoio a mães em eventos e atividades;



- Investir em formações específicas sobre gênero, direitos, gestão, comunicação e articulação política;
- Ampliar a presença indígena em espaços políticos, sociais e ambientais, respeitando as diversidades culturais;
- Desenvolver políticas públicas sensíveis às especificidades indígenas e plurais, evitando silenciamentos;
- Promover a comunicação indígena como ferramenta de resistência, com financiamento e infraestrutura adequados;
- Articular as pautas climáticas, de gênero e território para enfrentar conjuntamente os desafios ambientais e sociais;
- Criar mecanismos efetivos de proteção contra as violências e combate à impunidade;
- Fortalecer a autonomia econômica.





10. VOZES SOBRE O PATAK MAYMU: ECOS DE QUEM VIVEU

O projeto Patak Maymu é reconhecido pelas mulheres indígenas como um espaço fundamental para escuta, fortalecimento e visibilidade. Algumas falas destacam:

Telma Taurepang:

“Hoje, o Patak Maymy não caminha só. E uma floresta. Como árvores milenares, suas raízes mergulham na terra sagrada.”



Marinete Tukano:

“O projeto Patak Maymu, na III Marcha das Mulheres Indígenas, foi essencial para que trouxéssemos nossas vozes e o protagonismo das mulheres indígenas, assim como da juventude indígena.”

“A importância do fortalecimento institucional com apoio da Cese é grande, porque tem nos dado a possibilidade de estar nesse espaço para falar dos nossos direitos, trazer nossas demandas e participar da primeira Conferência das Mulheres Indígenas.”



📺 Video sobre a III Marcha

Jaqueline Aranduhá Guarani Kaiowá:

“O equilíbrio está em fortalecer a organização das mulheres e ampliar sua participação nas decisões políticas.

“Há uma falta de formações específicas para mulheres indígenas sobre direitos, gestão, articulação e comunicação estratégica.



Taila Wajuru:

“Foi a primeira vez que tive apoio para ir a um encontro com meu filho. Isso precisa ser prática em todos os movimentos.”

*Por questões de segurança, os registros fotográficos das crianças foram preservados.

Essas vozes evidenciam a importância do Patak Maymu para a construção coletiva de saberes, a articulação política e o enfrentamento das múltiplas violências, além de apontar para a necessidade de continuidade e ampliação do projeto.





FONTES E REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA). Relatórios de Situação dos Recursos Hídricos. Brasília, [s.d.].

ANMIGA – ARTICULAÇÃO NACIONAL DAS MULHERES INDÍGENAS GUERREIRAS DA ANCESTRALIDADE. Levantamento sobre violência institucional contra lideranças indígenas mulheres. Brasília, 2023.

ANMIGA – ARTICULAÇÃO NACIONAL DAS MULHERES INDÍGENAS GUERREIRAS DA ANCESTRALIDADE. Relatórios de atividades e publicações institucionais (2022–2024). Disponível em: <https://anmiga.org>

ANMIGA – ARTICULAÇÃO NACIONAL DAS MULHERES INDÍGENAS GUERREIRAS DA ANCESTRALIDADE. Relatórios e coberturas dos encontros e ações formativas. Disponível em: <https://anmiga.org>

APIB – ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO BRASIL. Relatórios e publicações institucionais sobre direitos indígenas e participação política. Disponível em: <https://apiboficial.org>

ATLAS DA VIOLÊNCIA 2023. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: IPEA, 2023.

CARTA CAPITAL. Violência contra mulheres indígenas mais que triplica em uma década. 2025. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/violencia-contra-mulheres-indigenas-mais-que-triplica-em-uma-decada/>. Acesso em: 1 out. 2025.

CNN BRASIL. Estudo: violência contra mulheres indígenas mais que triplica em dez anos. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/brasil/estudo-violencia-contra-mulheres-indigenas-mais-que-triplica-em-dez-anos/>. Acesso em: 1 out. 2025.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). Violência contra os povos indígenas do Brasil – dados de 2022. Brasília: CIMI, 2023. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/violencia-contra-os-povos-indigenas-do-brasil-dados-de-2022-conselho-indigenista-missionario-cim/>. Acesso em: 1 out. 2025.

COORDENADORIA ECUMÊNICA DE SERVIÇO (CESE). Mulheres que Tecem Saberes – Sistematização para a Publicação do Projeto Patak Maymu. Salvador, 2025.

COORDENADORIA ECUMÊNICA DE SERVIÇO (CESE). Projeto Patak Maymu – Autonomia e Participação das Mulheres Indígenas da Amazônia e do Cerrado na Defesa de seus Direitos. Relatórios Intercalares I (2024) e II (2025). Salvador, 2024-2025.

COORDENADORIA ECUMÊNICA DE SERVIÇO (CESE). Relatório Narrativo Intercalar – Projeto Patak Maymu: Autonomia e Participação das Mulheres Indígenas da Amazônia e do Cerrado na Defesa de seus Direitos. Salvador, 2025.

COORDENADORIA ECUMÊNICA DE SERVIÇO (CESE). Sistematização das Rodas de Conversa – Projeto Patak Maymu. Salvador, 2025.

FACILITAÇÃO GRÁFICA da Roda de Conversa “Vozes Ancestrais Pela Terra e Pelo Futuro”. 13 maio 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Atlas da Violência. São Paulo, 2023.

GALVÃO, Ana Lúcia. Gênero e relações sociais entre os Pankararu. Revista Tellus, Campo Grande, 2009.

GÊNERO & NÚMERO. Violência contra mulheres indígenas. 2025. Disponível em: <https://www.generonumero.media/violencia-contra-mulheres-indigenas/>. Acesso em: 1 out. 2025.

GUAJAJARA, Sonia. Por um Brasil Indígena. São Paulo: Jandaíra, 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2022: Características gerais dos povos indígenas. Rio de Janeiro, 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2022: População Indígena (dados desagregados por sexo e território). Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 30 set. 2025.

IEPÉ – INSTITUTO DE PESQUISA E FORMAÇÃO INDÍGENA. Publicações sobre formação política e protagonismo de mulheres indígenas na Amazônia. Disponível em: <https://institutoiepe.org.br>. Acesso em: 30 set. 2025.

INFO AMAZÔNIA. Agressões psicológicas representam 34% dos casos de violência de gênero contra mulheres indígenas em Roraima. 2023. Disponível em: <https://infoamazonia.org/2023/08/28/agressoes-psicologicas-representam-34-dos-casos-de-violencia-de-genero-contra-mulheres-indigenas-em-roraima/>. Acesso em: 1 out. 2025.

IHU UNISINOS. Agressões psicológicas representam 34% dos casos de violência de gênero contra mulheres indígenas em Roraima. 2023. Disponível em: <https://ihu.unisinos.br/categorias/631939-agressoes-psicologicas-representam-34-dos-casos-de-violencia-de-genero-contra-mulheres-indigenas-em-roraima> . Acesso em: 1 out. 2025.

INPA – INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA. Publicações institucionais. Manaus, [s.d.].

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). Mulheres indígenas e consulta prévia: desafios para a equidade de gênero. São Paulo: ISA/Iepé, 2020. Disponível em: <https://www.socioambiental.org>. Acesso em: 30 set. 2025.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). O que é o Marco Temporal?. Disponível em: <https://www.socioambiental.org>. Acesso em: 30 set. 2025.

IPAM – INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA. Publicações institucionais. Brasília, 2022.

MUNDURUKU, Alessandra Korap. Entrevistas e artigos em eventos da APIB e do ISA. [S.l.], [s.d.].

OBSERVATÓRIO DO CLIMA. SEEG – Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa. Brasília, 2023.

ONU MULHERES BRASIL. Mulheres Indígenas: Diversidade, Saberes e Direitos. Brasília, 2023.

ONU MULHERES BRASIL; UNFPA BRASIL. Mulheres Indígenas: Vozes que Ecoam. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br>. Acesso em: 30 set. 2025.

PAINEL CIENTÍFICO DA AMAZÔNIA. The Amazon We Want. São Paulo, 2021.

POTIGUARA, Eliane. Metade Cara, Metade Máscara. São Paulo: Global, 2004.

PÚBLICA – AGÊNCIA DE JORNALISMO INVESTIGATIVO. Terra e corpo em risco: violência mais que dobra quando a vítima é mulher indígena no MA. 2025. Disponível em: <https://apublica.org/2025/08/terra-e-corpo-em-risco-violencia-mais-que-dobra-quando-a-vitima-e-mulher-indigena-no-ma/>. Acesso em: 1 out. 2025.

REDE CERRADO; ISPN – INSTITUTO SOCIEDADE, POPULAÇÃO E NATUREZA. Cerrado em Alerta: Povos e Comunidades Tradicionais e a Crise Climática. Brasília, 2022.

REDE TESA – TERRITÓRIOS, SABERES E AUTONOMIA. Pesquisas interdisciplinares sobre mulheres indígenas e quilombolas. Disponível em: <https://redetesa.com.br>. Acesso em: 30 set. 2025.

SEGATO, Rita Laura. La escritura en el cuerpo de las mujeres asesinadas en Ciudad Juárez. Buenos Aires: Tinta Limón, 2003.

SONIA GUAJAJARA. Discursos públicos e entrevistas como Ministra dos Povos Indígenas, 2023–2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mpovosindigenas>. Acesso em: 30 set. 2025.

TAUREPANG, Telma. Falando desde o corpo-território. In: ANMIGA. Marcha das Mulheres Indígenas: Vozes Ancestrais pela Terra. Brasília: ANMIGA, 2019.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). Dados estatísticos das eleições municipais de 2020 e 2024. Brasília, [s.d.].

WAPICHANA, Joenia. Entrevistas e posicionamentos em eventos oficiais e audiências públicas (2018–2023). Brasília: Congresso Nacional; FUNAI, 2018–2023.

XAKRIABÁ, Célia. Corpo-território: Educação, ancestralidade e luta das mulheres indígenas. Revista Estudos Feministas, v. 26, n. 2, p. 15–28, 2018.

XAKRIABÁ, Célia. Identidade e educação: saberes e práticas educativas no povo Xakriabá. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.



DEPOIMENTOS

I Encontro inter-regional:

“ O encontro com as mulheres indígenas acrescentou uma nova perspectiva à minha compreensão das lutas feministas, me mostrou a complexidade das questões enfrentadas pelas mulheres indígenas e a importância de uma abordagem interseccional em prol da justiça social e cultural.”

PAJE ANALICE TUXA (MG)
POVO INDIGENA TUXÁ SETSOR BRAGAGA

“ Pra mim, o encontro foi muito importante, onde eu pude adquirir mais conhecimento na luta pelos direitos das mulheres indígena, através disso eu estou tendo muitas oportunidades. As mulheres indígenas são lideranças fundamentais na luta dos povos indígenas do Brasil, pelo reconhecimento de suas terras e suas identidades.”

OSMARINA MORIMA (MT)
TAKINÁ - ORGANIZAÇÃO DE MULHERES INDÍGENAS DO MATO GROSSO

“ O encontro inter-regional foi muito importante para nós mulheres. É através desses momentos que aprendemos umas com as outras, a lutar juntas e buscar nossos direitos, esses espaços são fundamentais principalmente pela troca”

CREUZA KADIWÉU (MS)
ASSOCIAÇÃO DE MULHERES ARTISTAS KADIWÉU

“ O encontro me fortaleceu mais, por saber que não estou só na luta pela defesa dos direitos das mulheres indígenas no Brasil. Todas juntas para conquistar a autonomia, valorização e segurança nos territórios.”

GISLMA XUCURU KARIRI (MG)
DEPARTAMENTO DE MULHERES - APOINME - MICRORREGIONAL

“ O encontro foi muito importante pra mim enquanto jovem, para aprender e entender a luta de outras mulheres indígenas e fortalecer nossas lutas diversas! A autonomia das mulheres indígenas é o fortalecimento do conhecimento de Base!”

KARINE WARIDÁ XAKRIABA (MG)
COLETIVO DE MULHERES XAKRIABÁ

“ Foi um momento importante, que eu me identifiquei muito. São narrativas de mulheres que têm histórias parecidas com as nossas. Voltei para minha aldeia com mais força de pensar, de lutar pelos nossos direitos, de ter voz nos lugares. Isso é muito importante para nossa comunidade e para nossa aldeia, pra gente ter cada dia mais mulheres em organizações e espaço de liderança.”

LETICIA JÔKAHKWYT KRAHÔ (TO)
ASSOCIAÇÃO HAHÍ DE MULHERES KRAHÔ

II Encontro inter-regional:



Oficina de Comunicação:



Encontro Microrregional Cerrado:

“O Encontro de Mulheres Indígenas do Cerrado foi um momento de resistência e fortalecimento. Um encontro entre mulheres da terra, de vozes presentes e potentes.

RBSYH KAIOWA
POVO GUARANI E KAIOWÁ - MS
KUNANGUE ATY GUASU




“A comunicação tem sido muito importante para nós indígenas, são as nossas histórias e vidas sendo contadas através das lentes e dos textos, refletindo nossa luta constante por território e por direitos.

YANDRA KRIKATI
POVO KRIKATI - (MA)
COORDENADORA DAS ORGANIZAÇÕES E ARTICULAÇÕES DOS POVOS INDÍGENAS DO MARANHÃO (COAPIMA) E DA ARTICULAÇÃO DAS MULHERES INDÍGENAS DO MARANHÃO (AJEMA)




“O encontro foi de suma importância, aprendi muitas coisas boas e pude conhecer a força de outras mulheres indígenas do Cerrado. Nós mulheres indígenas estamos no caminho certo, mas precisamos nos unir ainda mais para potencializar as forças das mulheres do cerrado!

CLÉIA MAIAWARG PERUARE
POVO KULIA BAKAIRI - MT
VICE-PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO NUMAIKANIRU




“A comunicação para mim é muito importante, para que eu possa comunicar a meu povo. Como comunicadora tenho aprendido muito nos eventos, encontros e formações que participo. É interessante que os jovens indígenas participem de encontros sobre a causa indígena porque é muito importante para o nosso futuro.”

YAMBRY YAWALAPITI
POVO YAWALAPITI - (MT)
MOVIMENTO DAS MULHERES INDÍGENAS DO TERRITÓRIO DO XINGU (MHTX)




“Foi muito importante encontrar mulheres indígenas de povos diferentes e ouvir suas falas, porque cada etnia tem sua própria história. Nós, mulheres indígenas, lutamos pelos direitos dos nossos povos! Agradeço muito a Cese, que sempre está apoiando e lutando junto a nós, povos indígenas.

TUCICLEIDE PREDI XERENTE
POVO XERENTE - TO
ASSOCIAÇÃO DE BRIGADISTAS XERENTE




“Esse encontro me proporcionou grandes momentos. Pude compartilhar sobre minhas vivências, aprender ainda mais sobre a importância do nosso Bioma Cerrado e sobre a luta de cada mulher que esteve presente na formação.

LUZENIRA PINIRU TSINHOTSSECTSIMABO
POVO XAVANTE - MT
COORDENADORA DE CAMPO DA PRESERVAÇÃO DOS POVOS E ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DE MATO GROSSO (POPIHT MULHER)




Encontro Microrregional Amazônia:

“

Esse encontro de Mulheres Indígenas da Amazônia foi muito importante, onde muitas mulheres trouxeram seus saberes e vivências. Em que eu pude aprender e partilhar experiências e conhecimentos.

ARINA WAIÁPI
POVO WAIÁPI- AP
CONSELHO DAS ALDEIAS WAIÁPI- ARINA



CESE Associação para União Europeia

“

As ações do Patak Maymu é importante porque ajuda a fortalecer as organizações e as vozes das mulheres indígenas. É um espaço onde cada uma pode falar do seu trabalho, compartilhar e trocar experiências, construindo um conhecimento muito rico.

ALEXANDRA MENDES LEITE
POVO OCHIKTANO-MT
PRESIDENTA DA TAVANÁ, ORGANIZAÇÃO DE MULHERES INDÍGENAS DE MATO GROSSO



CESE Associação para União Europeia

“

A Cese, a partir do Patak Maymu, me proporciona uma visão que é ao mesmo tempo forte e delicada. Consegui captar a essência das falas de cada uma, das lutas e das lágrimas que surgiram durante essas conversas. É o que eu quero captar com minha câmera, não apenas uma foto bonita, mas uma história por trás dela. Cada experiência que estou vivenciando aqui é uma forma de transparecer esse sentimento e essa luta por meio de fotos e vídeos.

TEICE ANIXA
POVO KARIPUNA- AP
ARTICULAÇÃO DOS POVOS E ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DO AMAPÁ E NORTE DO PARÁ (APOIANE)
ASSOCIAÇÃO INDÍGENA DO POVO KARIPUNA (AKIA)



CESE Associação para União Europeia

“

O encontro de Mulheres da Amazônia que a Cese fez, foi muito importante para nós mulheres indígenas. Fortalecer essa rede de mulheres é essencial para que a gente juntas possamos somar forças e também empoderar outras mulheres dentro do território. Mulheres lideranças querem ver outras mulheres lideranças também se levantando e ecoando suas vozes.

KELLIANE WAPICHANA
POVO WAPICHANA- RR
CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA (CIR)



CESE Associação para União Europeia

“

Esse encontro foi muito importante porque tivemos várias mulheres de diferentes etnias e de outros estados. Isso fortalece muito as nossas lutas e a nós enquanto mulheres indígenas. Nos ouvirmos e debatermos sobre como enfrentar os desafios diários vividos, transforma os nossos obstáculos e nos fortalece cada vez mais.

MERLANE TIRIYÔ
ARTICULAÇÃO DAS MULHERES INDÍGENAS TIRIYÔ, KATXUYANA E TXIKITANA (AMETIKATXO)



CESE Associação para União Europeia

“

O nosso papel no encontro, como mulher indígena guerreira, é de suma importância. É fundamental espaços como esses onde nossas vozes ecoaram em debates de vários temas.

NEIA KARIPUNA
POVO KARIPUNA- AP
ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES INDÍGENAS EM MURTIÃO (AMHO)



CESE Associação para União Europeia

RIO DE MEMÓRIAS (2022-2025)

Dados coletados em setembro 2025

PATAK
MAYMU

AUTONOMIA E PARTICIPAÇÃO
DAS MULHERES INDÍGENAS
DA AMAZÔNIA E DO CERRADO
NA DEFESA DE SEUS DIREITOS

2022

Iniciaram-se as articulações entre a CESE e organizações de mulheres indígenas, bem como outras organizações indígenas, para a construção da proposta do Projeto Patak Maymu. Esse processo contou com a participação da UMIAB (União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira), da COIAB (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira), do Coletivo de Mulheres Xakriabá, Takiná- Organização de Mulheres Indígenas do Mato Grosso e do Fundo Podáli.

65 projetos apoiados*
de 2023 a 2025

*pelo projeto Patak Maymu através do
Programa de Pequenos Projetos da Cese

2023

27 projetos apoiados*

Janeiro:

- Retomada do diálogo com as organizações de mulheres indígenas que contribuíram na formulação do projeto.

Fevereiro:

- **Aprovação do Projeto Patak Maymu** – Autonomia e participação das mulheres indígenas da Amazônia e do Cerrado na defesa de seus direitos pela União Europeia.

Abril:

- Realização do **I Encontro Inter-regional Patak Maymu** (Brasília/DF), com 35 mulheres de 21 povos dos biomas Cerrado e Amazônia.
- Lançamento oficial do projeto no Acampamento Terra Livre (ATL), na tenda da COIAB.
- **Lançamento da Chamada Pública** de apoio a pequenos projetos para garantir a participação de mulheres indígenas da Amazônia e do Cerrado na III Marcha das Mulheres Indígenas.

Maio:

- Abertura das **inscrições da Chamada Pública** de apoio a projetos (PPP) destinados à participação na III Marcha das Mulheres Indígenas; realização da Oficina Tira-Dúvidas (virtual), com 101 inscrições.

Julho:

- Divulgação dos **resultados da chamada** (21 projetos selecionados).

Julho/Agosto:

- **Oficina de Comunicação** Patak Maymu – módulos online.

Setembro:

- **Oficina de Comunicação** – presencial em Brasília.
- Participação na **III Marcha das Mulheres Indígenas**, com o tema “Mulheres Biomas em Defesa da Biodiversidade pelas Raízes Ancestrais” (Brasília).

Novembro:

- Visita de monitoramento e participação na **Grande Assembleia das Mulheres Indígenas Guarani e Kaiowá – Kunangue Aty Guasu (MS)**.

2024**30 projetos apoiados***Fevereiro:

- Encontro microrregional “Mulheres Indígenas do Cerrado em defesa de seus direitos” (Campo Grande/MS), com mulheres de mais de 13 povos.
- Início do **Mapeamento de Comunicadoras Indígenas** (1ª fase – coleta coletiva).

Março:

- 2ª fase do Mapeamento – pesquisa digital com 121 mulheres de 58 povos.

Maio:

- 3ª fase do Mapeamento – entrevistas em profundidade com 7 mulheres de diferentes etnias, estados e faixas etárias.

Junho:

- Realização de **oficinas tira-dúvidas (virtuais)**.

Maio a Julho:

- Envio de projetos ao **Edital de Fortalecimento das Organizações de Mulheres da Amazônia e Cerrado**;

Agosto:

- **Oficina de Boas Práticas em Gestão de Projetos**.

Setembro:

- Visita de monitoramento às Associações de Mulheres Indígenas (Manaus/AM).
- Divulgação dos resultados do Mapeamento de Comunicadoras Indígenas (121 mulheres de 58 povos).
- Encontro microrregional “Mulheres Indígenas da Amazônia” (Macapá/AP), com 25 representantes de 11 organizações e mais de 13 povos.

Outubro:

- Lançamento do podcast “**Mulheres de Luta: Do Território ao Parlamento**”:
 - Episódio 1: “*Mulheres indígenas em espaços de poder*” – com **Marinete Xakriabá** e **Jackeline Tukano**.
 - Episódio 2: “*Demarcar territórios e aldear a política*” – com **Luciene Karajá** e **Vanda Witoto**. (Parceria: **Le Monde Diplomatique + CESE**)
- **Visita de monitoramento** e participação na **IV Assembleia das Mulheres Indígenas do Xingu (MT)**.

2025**8 projetos apoiados***Abril:

- Apresentação do **Mapeamento de Comunicadoras Indígenas** na tenda da **ANMIGA**, durante o ATL.

Maio:

- Roda de conversa online “*Vozes Ancestrais pela Terra e pelo Futuro*”.

Julho/Agosto:

- **II Encontro Inter-regional Patak Maymu – Vozes e Saberes das Mulheres Indígenas da Amazônia e Cerrado** (Brasília).

Julho:

- **Lançamento do repositório online Patak Maymu**, durante o segundo encontro inter-regional.

Agosto:

- Mobilização em Brasília: **1ª Conferência Nacional das Mulheres Indígenas** e **IV Marcha das Mulheres Indígenas**, com o tema “*Nosso Corpo, Nosso Território: Somos as Guardiãs do Planeta pela Cura da Terra*”.
- **Visita de monitoramento** às Associações de Mulheres Indígenas no Pará.

Setembro:

- Encontro de Avaliação e Encerramento.

Outubro:

- Viagens de monitoramento às Associações de Mulheres Indígenas do **Rio Negro (AM)** e **Maranhão**.

Novembro:

- Viagem de monitoramento às Associações de Mulheres Indígenas em **Minas Gerais**.
- **Participação na COP 30 (Belém/PA)**, com lançamento da publicação e do vídeo do projeto.



MAPA DE ABRANGÊNCIA PATATK MAYMU (2023-2025)

Dados coletados em setembro 2025

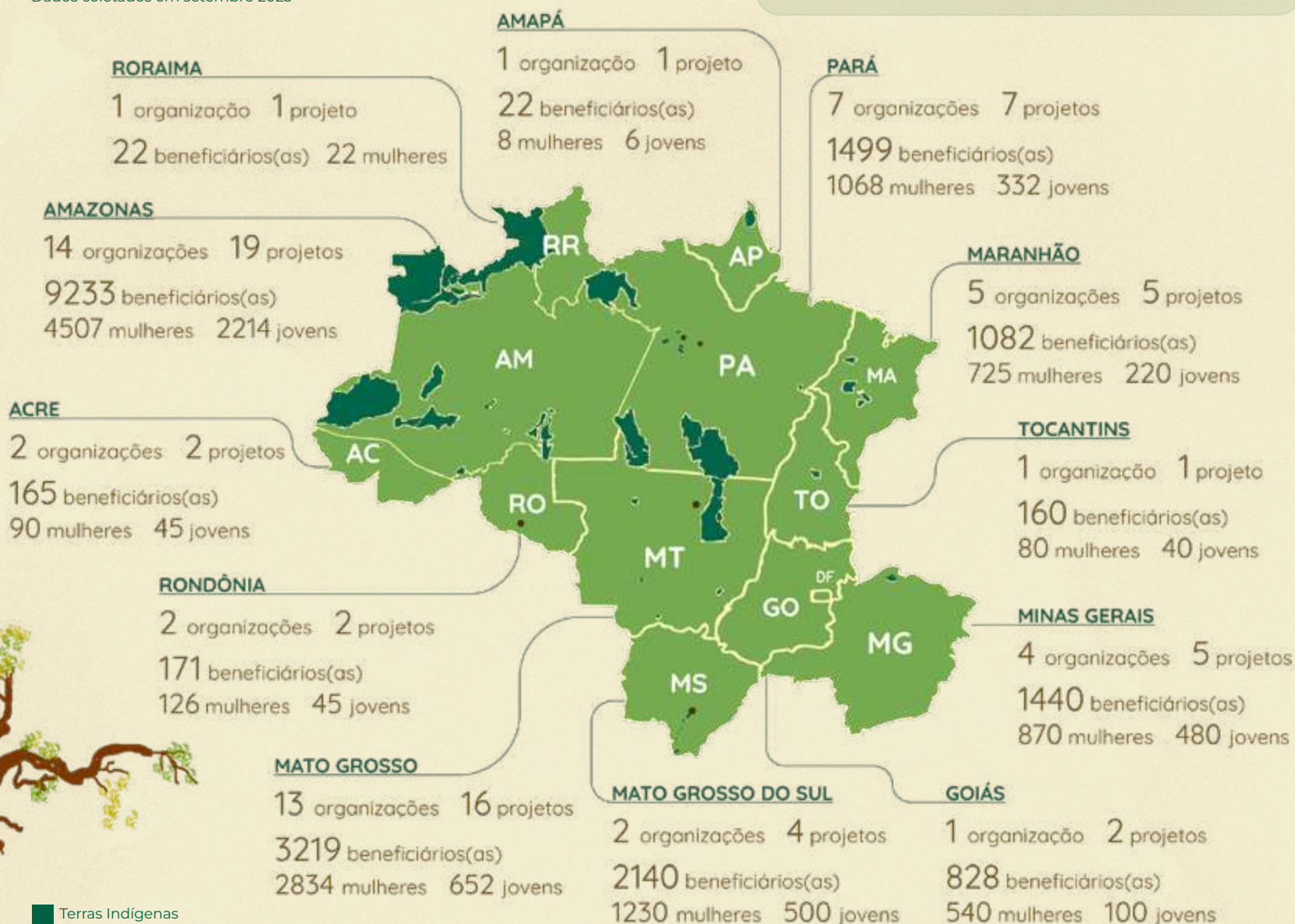
DADOS GERAIS

PPP - PROGRAMA DE PEQUENOS PROJETOS

53 organizações apoiadas

65 projetos apoiados 20.681 beneficiários(as)

12.100 mulheres participantes 4.634 jovens



ORGANIZAÇÕES POR ESTADO

AC

ASSOCIAÇÃO MANXINERUNE TSIHI PUKTE HAJENE - MATPHA
ASSOCIAÇÃO RAYATY SHANENAWA

AM

ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES AGROEXTRATIVISTAS DO MÉDIO JURUÁ
ASSOCIAÇÃO DAS MULHERES INDÍGENAS DO ALTO RIO NEGRO
ASSOCIAÇÃO DE MULHERES INDÍGENAS DE HUMAITA
ASSOCIAÇÃO DE MULHERES INDÍGENAS PUTIRA KAPUAMU
ASSOCIAÇÃO DO POVO DENI DO RIO XERUÁ
ASSOCIAÇÃO DO POVO INDÍGENA JUMA JAWARA PINA
ASSOCIAÇÃO INDÍGENA DA COMUNIDADE BOM JESUS
ASSOCIAÇÃO INDÍGENA DO POVO DAS ÁGUAS - AIPA
COORDENAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA- COIAB
DEPARTAMENTO DE MULHERES INDÍGENAS DO RIO NEGRO
GRUPO DE MULHERES DA REGIÃO BAIXO RIO TIQUIÉ
MULHERES ARTESÃS INDÍGENAS
REDE DE MULHERES INDÍGENAS DO ESTADO DO AMAZONAS - MAKIRA ETA
UNIÃO DAS MULHERES INDÍGENAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA- Umiab

AP

ASSOCIAÇÃO DE MULHERES INDÍGENAS EM MUTIRÃO

MA

ARTICULAÇÃO DAS MULHERES INDÍGENAS DO MARANHÃO
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA INDÍGENA MITUIRÁ
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA NAYRUI-TAW, TARUMA, CHUPE E LAGOA QUIETA
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA YPYTAW
GUERREIRAS DA FLORESTA DA TERRA INDÍGENA CARU

MG

ASSOCIAÇÃO INDÍGENA KIRIRI DO RIO VERDE DE CALDAS
ASSOCIAÇÃO INDÍGENA XAKRIABÁ ALDEIA RIACHO DOS BURITIS E ADJACENCIAS
COLETIVO DE MULHERES INDÍGENAS GUERREIRAS XAKRIABÁ
ARTICULAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO NE/MG/ES- Apoinme

MS

KUNANGUE ATY GUASU GUARANI - GRANDE ASSEMBLEIA DAS MULHERES KAIOWA E GUARANI
TUMUNE UTI - NOSSO FUTURO

MT

ASSOCIAÇÃO INDÍGENA AHUKUGI
ASSOCIAÇÃO INDÍGENA ATAWO
ASSOCIAÇÃO INDÍGENA HOKEMANA
ASSOCIAÇÃO INDÍGENA TAPAYUNA - A.I.T.
ASSOCIAÇÃO ITURAKURIREU TADAWU BOE BORORO
ASSOCIAÇÃO JATYKAP - ORGANIZAÇÃO INDÍGENA KAWAIWETE
ASSOCIAÇÃO MEKRAGNOTIRE SUL
ASSOCIAÇÃO SAW
ASSOCIAÇÃO TERRA INDÍGENA XINGU
INSTITUTO KREHAWA-INKRE
MOVIMENTO MULHERES DO TERRITÓRIO INDÍGENA DO XINGU
ORGANIZAÇÃO FAMILIAR UMATALHI - TERRA INDÍGENA DO XINGU
PROJETO EQUIPE MERI ORE

PA

ASSOCIAÇÃO DE MULHERES INDÍGENAS DO POVO ARAPIUN
ASSOCIAÇÃO DE MULHERES INDÍGENAS KUMARUARA DA ALDEIA MURUARY
ASSOCIAÇÃO DE MULHERES INDÍGENAS SURARAS DO TAPAJÓS
ASSOCIAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS TROMBETAS-MAPUERA-APITMA
ASSOCIAÇÃO INDÍGENA DACE
ASSOCIAÇÃO INDÍGENA GAVIÃO KYIKATEJE AMTATI
CONSELHO INDÍGENA TUPINAMBÁ DO BAIXO TAPAJÓS

RO

ASSOCIAÇÃO INDÍGENA DO POVO PURUBORA - ASSOCIAÇÃO MAXAJA
ORGANIZAÇÃO DA FAMÍLIA INDÍGENA KAIBU KAXARARI

RR

CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA

TO/GO

ESCOLA DA VIDA
ASSOCIAÇÃO INDÍGENA DO VALE DO ARAGUAIA



TERRA INDÍGENA POR ESTADO

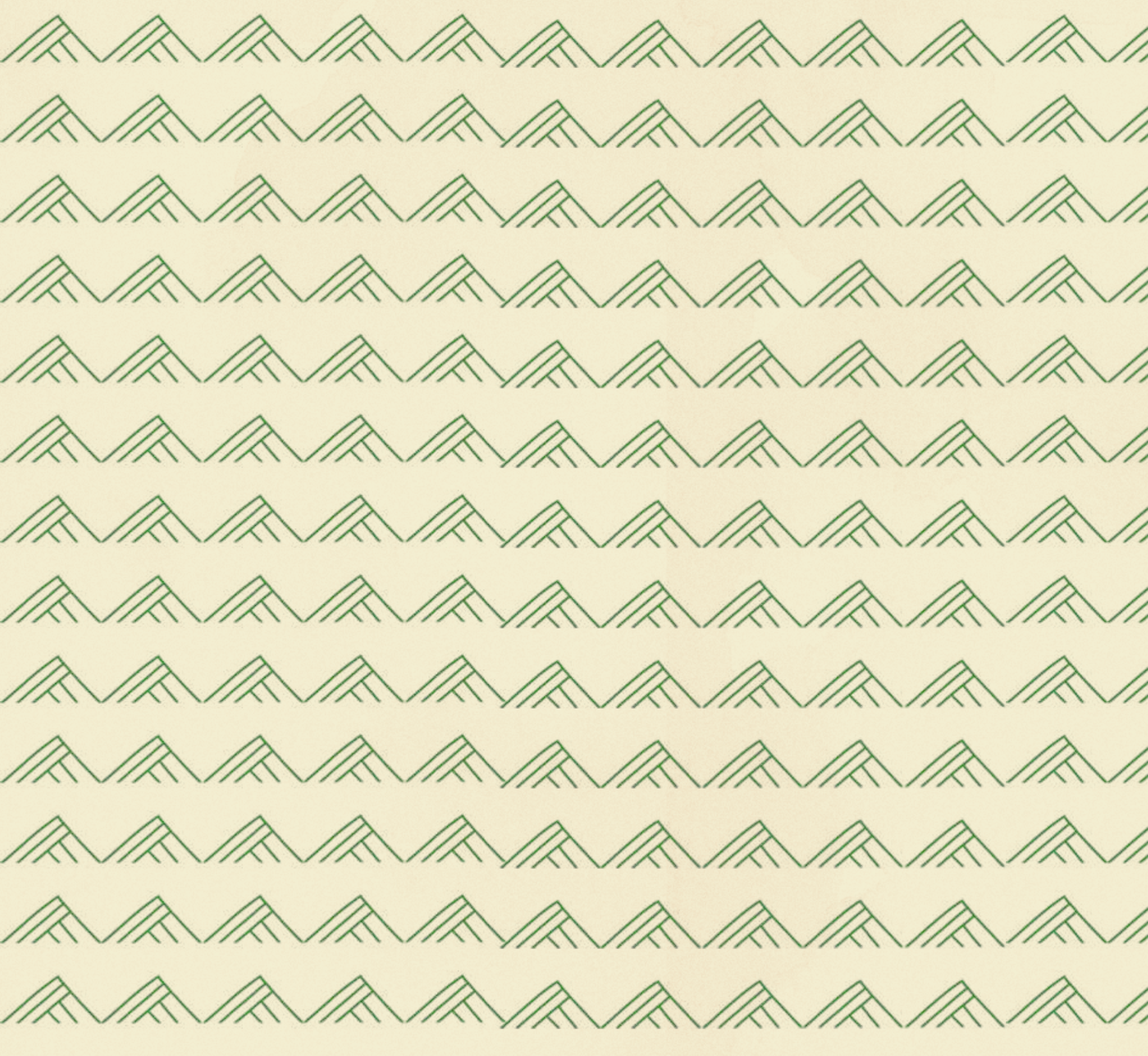
UF	TIs	Hectares
Acre	Katukina/Kaxinawá	23.474
Amapá	Galibi	6.689
Amapá	Juminá	41.601
Amapá	Uaçá	Em identificação
Amapá	Uaçá I e II	470.164
Amazonas	Alto Rio Negro	7.999.380
Amazonas	Baixo Marmelos	Em identificação
Amazonas	Balaio	257.281
Amazonas	Cué-Cué/Marabitanas	808.645
Amazonas	Deni	1.531.300
Amazonas	Diahui	47.354
Amazonas	Gaviãozinho	Em identificação
Amazonas	Ipixuna	215.362
Amazonas	Juma	38.351
Amazonas	Kanamari do Rio Juruá	596.433
Amazonas	Kulina do Rio Uerê (Matatibem)	Em identificação
Amazonas	Médio Rio Negro I	1.776.140
Amazonas	Médio Rio Negro II	316.194
Amazonas	Nave de Janeiro	228.777
Amazonas	Paumari do Cunilúá	42.828
Amazonas	Paumari do Lago Manissuã	22.970
Amazonas	Paumari do Lago Paricá	15.792
Amazonas	Rio Apaporis	106.960
Amazonas	Rio Blá	1.185.790
Amazonas	Rio Tea	411.865

UF	TIs	Hectares
Amazonas	Tenharim/Marmelos	497.521
Amazonas	Torá	54.961
Amazonas	Vale do Javari	8.544.480
Amazonas	Yanomami	9.664.980
Maranhão	Arariboia	413.288
Maranhão	Bacurizinho	82.432
Maranhão	Cana Brava	137.329
Maranhão	Caru	172.667
Maranhão	Lagoa Comprida	13.198
Maranhão	Morro Branco	49
Maranhão	Urucu-Juruá	12.697
Mato Grosso	Apiaká-Kayabi	109.245
Mato Grosso	capoto/Jarina	634.915
Mato Grosso	Merure	82.301
Mato Grosso	Pequizal do Naruvôtu	27.978
Mato Grosso	Perigara	10.740
Mato Grosso	Rio Arraías	Em identificação
Mato Grosso	São Domingos	5.705
Mato Grosso	Umutina	28.120
Mato Grosso	wawí	150.328
Mato Grosso	Xingu	2.642.004
Minas Gerais	Xakriabá	46.415
Minas Gerais	Xakriabá (reestudo)	43.357
Minas Gerais	Xakriabá Rancharia	6.798

UF	TIs	Hectares
Pará	Baú	1.540.930
Pará	Borari/Alter do Chão	Em identificação
Pará	Bragança/Marituba	13.515
Pará	Cobra Grande	8.906
Pará	Kayabi	1.053.257
Pará	Mãe Maria	62.488
Pará	Maró	42.373
Pará	Menkragnoti	4.914.255
Pará	Munduruku	2.381.800
Pará	Munduruku-Taquara	25.323
Pará	Planalto Santareno	Em identificação
Pará	Trombetas/Mapuera	3.970.898
Rondônia	Purobora	Em identificação
Tocantins	Xerente	167.542
Mato Grosso do Sul	Arroio-Korá	7.176
Mato Grosso do Sul	Rancho Jacaré	778
Mato Grosso do Sul	aldeia Limão Verde	668
Mato Grosso do Sul	Takuaraty/Yvykuarusu	2.609
Mato Grosso do Sul	Amambai	2.430
Mato Grosso do Sul	Caarapo	3.594
Mato Grosso do Sul	Panamibi - Lagoa Rica	12.196
Mato Grosso do Sul	Dourados	3.475
Mato Grosso do Sul	Nãnderu Maragatu	9.317
Mato Grosso do Sul	Retomada	Em identificação
Mato Grosso do Sul	Laranjeira Nhanderu	Em identificação
Mato Grosso do Sul	Jaguari	404,71
Mato Grosso do Sul	Taquaperi	1.776,96



PATAK MAYMU





ISBN: 978-65-85847-16-2

CDL



9 786585 847162

